



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

KLEBER GERALDO VIEIRA

**ATUAÇÃO DO EXTENSIONISTA RURAL:
UM OLHAR SOBRE A PERCEPÇÃO DO AGRICULTOR**

LONDRINA
2011

KLEBER GERALDO VIEIRA

**ATUAÇÃO DO EXTENSIONISTA RURAL:
UM OLHAR SOBRE A PERCEPÇÃO DO AGRICULTOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Administração da Universidade Estadual de Londrina, como requisito obrigatório para obtenção do Título de Especialista em Administração Pública para Gestores do Sistema Estadual de Agricultura.

Orientadora: Prof^a. Ms. Sueli Fátima Consolini

LONDRINA
2011

KLEBER GERALDO VIEIRA

**ATUAÇÃO DO EXTENSIONISTA RURAL:
UM OLHAR SOBRE A PERCEPÇÃO DO AGRICULTOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Administração da Universidade Estadual de Londrina, como requisito obrigatório para obtenção do Título de Especialista em em Administração Pública para Gestores do Sistema Estadual de Agricultura.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Orientador Ms. Sueli Fátima Consolini
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Luis Artur Bernardes da Rosa
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Sandra Regina Abreu Pires
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 02 de agosto de 2011.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos companheiros extensionistas da EMATER, que atuam comprometidos com a missão de melhorar a qualidade de vida da população rural.

AGRADECIMENTO (S)

Agradeço a minha orientadora Sueli Fátima Consolini, não só pela constante orientação neste trabalho, mas sobretudo pela sua atenção, sua disponibilidade e sua atenção

Ao professor Gerson Antônio Melatti pela oportunidade e compreensão, pela amizade, pelo respeito e atenção dedicados a mim em todo o período do trabalho.

Aos colegas com quem convivi neste período letivo, estabelecendo laços de amizade, respeito e admiração.

Gostaria de agradecer também a minha esposa Kátia e minhas filhas Ana Laura e Andreza, pela paciência, afeto e apoio em todos os momentos, principalmente naqueles que as deixei de lado, na execução deste trabalho.

VIEIRA, Kleber Geraldo. **Atuação do Extensionista Rural: Um Olhar sobre a Percepção do Agricultor**. 2010. 68 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Administração Pública para Gestores do Sistema Estadual de Agricultura – Universidade Estadual de Londrina. Londrina. 2011.

RESUMO

A extensão rural, durante seu processo histórico no Brasil, passou por várias fases: do modelo clássico, quando surgiu como forma de intervenção do estado na economia e na sociedade moldada na lógica do desenvolvimento urbano industrial, ao modelo participativo construtivista, com participação dos movimentos sociais, organizações e representações do setor rural. Nesta trajetória, o período vivido sob a atuação do modelo difusionista-inovador foi quando ocorreram os maiores avanços na atuação extensionista e grandes resultados marcaram a essencialidade dos serviços da extensão rural no desenvolvimento brasileiro. O tecnicismo empregado no modelo difusionista ficou tão fixado na formação extensionista, que se apresenta de forma imbricada à atuação no modelo participativo, que vivemos atualmente. Abordando a atuação da extensão rural com grupos organizados, este estudo busca identificar os fatores que levaram três experiências que obtiveram êxito em organização rural, na região de Cornélio Procopio, localizada no norte paranaense, assistidas por técnicos do Instituto EMATER. Trata-se de um estudo de casos múltiplos, comparando a evolução dos grupos de agricultores e a atuação dos extensionistas junto às organizações. O estudo nos mostra que fatores como a definição de objetivos concretos, que atendam os interesses do grupo, a participação efetiva e democrática dos integrantes da organização, reuniões frequentes para repasse de informações e busca da integração dos membros do grupo, são essenciais para estabelecer o processo grupal e possibilitar o sucesso dos agricultores em seu empreendimento. Também ficou evidente, segundo a percepção dos agricultores das organizações estudadas, que os extensionistas tiveram e têm atuação essencial na estruturação e evolução dos grupos.

Palavras-chave: Extensão rural. Organização rural. Processo grupal.

VIEIRA, Kleber Geraldo. **Performance of Rural Extension: a Look at the Perception of the Farmer**. 2010. 68 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Administração Pública para Gestores do Sistema Estadual de Agricultura – Universidade Estadual de Londrina. Londrina. 2011.

ABSTRACT

The historical rural extension process in Brazil had various phases: from the classical pattern, when it came across as a state intervention in the economy and in the society modeled by the logic of urban and industrial development to the constructivist participative pattern, that is, with the participation of social movements, organizations of rural sectors. In this trajectory, the stage lived under the actuation of the diffusionist innovative pattern was the stage when it occurred the greatest advances in the extensionist actuation and great results determined the essentiality of the Brazilian rural extension services. The thecnicism used in the diffusionist pattern got so established in the extensionist formation that it is inbricated to the actuation in the participative pattern that we live nowadays. Approaching rural extension actuation with organized groups, this study aims to identify the reasons that led to three successful experiences in rural organizations, in the region of Cornélio Procópio, located in the north of Paraná state, assisted by technicians from EMATER Institute. It is a multiple case study comparing the evolution of the farmer groups and the actuation of the extensionists along with the organizations. The study shows us that the factors such as the definition of concrete aims that regards the group interests, the effective and democratic participation of the organization's members, frequent meetings in order to share information and search for the group members integration are essential to set the group process and make the farmers' success possible in their undertaking. It also got evident, according to the farmers from the studied organizations, that the extensionists had and still have essential actuation in the groups' development.

Keywords: Rural extension. Rural organization. Group organization

LISTA DE TABELAS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	
1.1 OBJETIVO GERAL.....	
1.1.1 Objetivo Geral	
1.1.2 Objetivos Específicos	
1.2 JUSTIFICATIVA	
2 FUNDAMENTAÇÃO	
2.1 EXTENSÃO RURAL: CONCEITO	
2.1.1 Modelos de Extensão Rural	
2.2 HISTÓRICO DA EXTENSÃO	
2.2.1 Histórico da Extensão Rural no Brasil	
2.2.2 A Extensão Rural no Paraná	
2.3 O PAPEL DA EXTENSÃO RURAL: DA ACAR À PNATER.....	
2.4 A ATUAÇÃO DA EXTENSÃO RURAL NO PARANÁ.....	
2.5 TRABALHOS COM GRUPOS.....	
2.5.1 Histórico da Extensão Rural no Brasil	
3 METODOLOGIA	
2.1 TÍTULO NÍVEL 2 (FONTE EM VERSALETE)	
2.1.1 Título Nível 3 (Primeiras Letras em Maiúsculo)	
4 RESULTADOS DA PESQUISA	
4.1 TÍTULO NÍVEL 2 (FONTE EM VERSALETE)	
2.1.1 Título Nível 3 (Primeiras Letras em Maiúsculo)	
CONCLUSÃO	
REFERÊNCIAS	

1 INTRODUÇÃO

Organizada como entidade jurídica da chamada esfera pública, a extensão, passou a atuar na sociedade civil, respondendo ao papel de aparelho ideológico de Estado (Caporal, 1998), atuando no âmbito das relações sociais, interferindo no modo de produção e como executora de políticas públicas, programas e ações governamentais.

Para realizar esta função, são necessárias pessoas que atuem como agentes de mudança e de desenvolvimento, cientes do papel a desempenhar e de sua missão como extensionistas e também como servidores públicos, quando o serviço é prestado por uma empresa pública. Sua atuação pode mudar a realidade de uma comunidade, onde muitos moradores enxergam neste agente o elo entre sua comunidade, com seus problemas, e o Estado.

É um serviço essencial para o desenvolvimento rural e que demanda uma formação não apenas técnica, mas principalmente extensionista, com uma visão mais ampla dos fatores sociais, ambientais, econômicos e políticos que afetam a realidade das famílias que vivem no meio rural. Exige habilidades, conhecimentos e atitudes que levem as pessoas da comunidade a pensar em mudanças nas atividades e na forma de encarar o processo de desenvolvimento. Os extensionistas do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER atuam junto aos agricultores e suas organizações buscando promover a melhoria na qualidade de vida da população rural. Assessoram no processo produtivo e organizativo, visando o sucesso no negócio individual e coletivo, se utilizando de metodologias participativas e instrumentos de políticas agrícolas.

O Instituto EMATER, se configura em uma autarquia que presta serviços de assessoria e assistência aos agricultores do Estado do Paraná. Criado em 1956 como Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural do Paraná – ACARPA, sempre esteve presente no ambiente rural do Estado, com atuação marcante em todas as fases do desenvolvimento de sua agropecuária.

Ações como manejo e conservação de solos, organização rural – que deu origem a um forte sistema cooperativista – assistência à produção diversificada, apoio à agroindústria e outras mais impulsionaram o agronegócio e toda a economia paranaense. E isto foi possível pela atuação de um grupo de

servidores públicos, extensionistas que, com muito esforço e dedicação, desempenharam seu papel de agente de desenvolvimento, assistindo tecnicamente os agricultores e suas organizações.

Neste estudo analisaremos os fatores que possibilitaram o êxito no trabalho de organização rural desenvolvido pelos extensionistas do Instituto EMATER, segundo a percepção dos agricultores envolvidos no processo, em três experiências, na região de Cornélio Procópio, no norte paranaense.

No sentido de subsidiar esta análise, o trabalho foi dividido em três momentos: o primeiro aborda conceitos de extensão rural, enfatizando como processo educativo, seus objetivos e modelos, passando pelo clássico, difusionista e participativo construtivista; o segundo momento resgata o histórico da extensão rural, do surgimento nas universidades européias à sua introdução no Brasil e depois, sua trajetória até os dias atuais, abordando a atuação junto ao público, sua regulamentação, ligação com o Estado e inserção no desenvolvimento do país; em seguida, um terceiro momento, quando analisamos a relação com as organizações rurais e o trabalho com grupos de agricultores.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Identificar fatores que contribuíram para o êxito no processo de organização rural, em três grupos de agricultores, na região de Cornélio Procópio, norte do Paraná.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Verificar quais razões levaram os grupos a se organizarem;
- Analisar o processo evolutivo dos grupos; e

- Identificar o papel desempenhado pelos extensionistas.

1.2 JUSTIFICATIVA

Tendo a função de assistir e assessorar as famílias rurais e através do conhecimento de sua realidade e atuação com as forças vivas da comunidade, promover ações visando o desenvolvimento sustentável com a melhoria da qualidade de vida de toda a população local, a Extensão Rural ocupa um espaço essencial no desenvolvimento rural brasileiro.

Segundo Balem et al (2009), a extensão rural surgiu no Brasil como apoio às políticas de crédito subsidiado que sustentaram um modelo de desenvolvimento da agricultura baseada na monocultura, exportadora, consumidora de pacotes gerados pela pesquisa agropecuária e com atuação voltada para a difusão de tecnologias. Atingiu seus objetivos; porém, com os problemas sociais e ambientais causados, passou a sofrer críticas no meio acadêmico e em seu próprio quadro de servidores de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, bem como pelos movimentos sociais e organizações rurais, que propunham a busca de um modelo de extensão menos verticalizado e mais educativo.

As críticas feitas pelo educador Paulo Freire, em seu livro *Extensão ou Comunicação*, que questionava a atuação dos técnicos impondo seus conhecimentos às comunidades rurais e não de forma dialógica com os saberes populares, contagiou àqueles que se opunham ao difusionismo. Observaram, assim, a necessidade de se mudar o enfoque clássico para um modelo alternativo ou crítico. (TOMAZINO et al, 2006, apud BALEM et al, 2009).

Independentemente do modelo, a utilização de metodologias grupais e a estratégia de trabalho com grupos, sejam de homens, de mulheres ou de jovens, sempre foi prioritária na atuação extensionista, buscando a organização dos agricultores e suas famílias. No entanto, são evidentes as dificuldades da maioria dos extensionistas em atuarem junto a grupos, formais ou informais, diante da complexidade que envolve este trabalho. É frequente encontrar técnicos que trabalham com grupos, baseados em intuição e no bom senso. (MOLINA, 1988).

No Paraná, existem várias experiências de trabalho da extensão

com as comunidades e grupos de agricultores. No entanto, observa-se muitos extensionistas que, as vezes, não alcançam os objetivos propostos: o desenvolvimento da comunidade e a promoção da melhoria na qualidade de vida. Isto pode acarretar em frustração para os dois lados, por em risco a organização á qual o grupo está ligado, causar desconfiança e descrença para qualquer outra atividade semelhante e desprestígio ao técnico.

Com esta pesquisa, busca-se identificar fatores que afetaram, e ainda afetam, o sucesso da atuação dos extensionistas em experiências exitosas de organização dos agricultores e da produção. São informações importantes que podem ser utilizadas num plano de formação e capacitação do corpo técnico do EMATER e no processo de formação extensionista dos futuros contratados pela Extensão Rural.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O mundo sofre transformações em todos os setores, o que nos traz constantes desafios e exigem mais conhecimento e tecnologia para superar dificuldades, impostas pela evolução da humanidade. Ocorrências de doenças, pragas e desastres naturais, que se intensificaram com as mudanças climáticas, acarretam em crises sociais que afetam diretamente as condições de vida da população humana. O trabalho constante da pesquisa proporcionou, e continuará proporcionando, extraordinários avanços tecnológicos em todas as áreas, em resposta às necessidades demandadas pela sociedade.

As informações contendo o produto gerado pela pesquisa têm que ser disseminadas às comunidades de forma compreensível, decodificada, para que surtam o efeito desejado: a resolução de um problema e as melhorias propostas. Este é um serviço prestado pela Extensão. No setor rural, pela Extensão Rural.

2.1 EXTENSÃO RURAL: CONCEITO

Não é fácil definir o termo extensão rural, com sua multiplicidade de objetivos e diversidade de meios para alcançá-los. Dessa forma, ele pode representar diferentes significados para diferentes pessoas. Sua definição passa pela extensão universitária, que segundo Rocha (2001, apud Serrano, 2008) se originou com as nas universidades européias medievais, com uma prática pedagógica verticalizada, na qual a transmissão do saber era autoritária, da universidade para os membros da sociedade e com acessibilidade restrita à poucas pessoas . Também há autores que consideram que os primeiros movimentos de extensão universitária surgiram com suas aulas abertas ao público, nas escolas gregas, que apesar de uma perspectiva dialética, eram abertas a poucos e em torno de um conhecimento pouco transformador da realidade (SERRANO, 2008).

Segundo Swanson e Claar (1991, apud Almeida 1989), extensão rural é um processo dinâmico composto de duas dimensões: uma comunicacional,

ao levar ao agricultor informações úteis e relevantes; outra educacional ao ajudá-lo a adquirir conhecimentos, habilidades e atitudes para utilizar com eficiência.

O objetivo final desse processo é o de tornar o agricultor capaz de melhorar o seu nível de vida, pela utilização racional e efetiva dos conhecimentos, habilidades e informações adquiridas. Neste sentido, a Extensão rural se confunde com a educação não-formal e suas metodologias de trabalho são, de fato, empregadas em programas não especificamente agrícolas, tais como higiene, desenvolvimento comunitário ou planejamento familiar. (ALMEIDA, 1989, p.9).

A ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, fundada em 1956 e responsável pela coordenação do serviço de extensão rural no Brasil até o início da década de 70, definiu assim este serviço:

Extensão Rural é um processo cooperativo, baseado em princípios educacionais, que tem por finalidade levar, diretamente, aos adultos e jovens do meio rural, ensinamentos sobre agricultura, pecuária e economia doméstica, visando modificar hábitos e atitudes da família, nos aspectos técnico, econômico e social, possibilitando-lhe maior produção e melhorar a produtividade, elevando-lhe a renda e melhorando seu nível de vida. (ABCAR).

É, pois, um termo amplo, que abrange várias atividades rurais, envolvendo diferentes tipos de organização e diversos públicos com diferentes mensagens. Não se restringe apenas à extensão agrícola, à transferência de tecnologia, que são funções dos serviços da extensão rural (SERRANO, 1989, p.9).

A extensão nasceu como um instrumento de ensino e educação informais. Extensão Rural é um processo educativo, realizado com e em favor das famílias rurais, que tem como sujeito de sua ação, o ser humano (Olinger, 1996, p.23). Baseia-se no conhecimento da realidade, respeito às questões ambientais e participação das famílias, líderes comunitários e agentes de desenvolvimento locais. Deve contar com o apoio das autoridades locais; mas não pode ser realizado de forma verticalizada.

Segundo Soares (2007), falar em extensão é falar de educação. E falar de educação é abordar um tema importante da humanidade: a transformação. A extensão rural é uma educação não formal, pela qual educador e educando, a partir do saber de cada um, constroem novos saberes.

Os dirigentes de extensão rural, reunidos em Mesa Redonda, em Tegucigalpa, Honduras, de 23 a 27 de julho de 1984, elaboraram a seguinte definição:

A Extensão Rural é um processo de educação e capacitação de caráter permanente, que se caracteriza pela relação e comunicação recíproca e constante dos técnicos com os produtores, suas famílias e suas organizações. O propósito deste processo é alcançar, por meios participativos, a análise da problemática agropecuária, tanto das propriedades em particular como das comunidades, zonas e regiões agrícolas onde os agricultores se desenvolvem; a definição e a caracterização dos problemas mais prementes; a seleção das melhores soluções para estes problemas, com ênfase na utilização dos recursos disponíveis no próprio meio; a realização de programas de capacitação que surjam desta análise e a avaliação permanente do processo. (EMBRATER,1987).

De acordo com a definição acima, nota-se que o principal objetivo da Extensão Rural é o de contribuir na promoção do desenvolvimento rural e da qualidade de vida da população rural, se utilizando de metodologias participativas e considerando os fatores sociais, ambientais, culturais e econômicos desta população.

Segundo Lima (2001), é uma atividade desenvolvida basicamente pelos setores públicos federal, estadual e municipal, que atualmente ganha ênfase junto às Organizações não governamentais (ONGs) e ao setor privado, através de grandes cooperativas e empresas fornecedoras de insumos.

2.1.1 Modelos de extensão rural

A extensão rural, em suas várias fases de evolução no mundo e no Brasil, passou por diversos modelos, tanto de atuação, clássica, difusionista ou participativa, quanto de organização, sendo pública ou privada. Cada momento histórico, com seu modelo de desenvolvimento proposto, fez com que o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER sofresse transformações em suas práticas e cultura de atuação, frente aos desafios apresentados (RUAS et al, 2006).

O modelo clássico, oficializado pelo governo norte americano, serviu de base para a criação e organização dos serviços de extensão implantados nas

regiões consideradas subdesenvolvidas, como a América Latina e Brasil, após a Segunda Guerra Mundial (FONSECA, 1985). A extensão funcionava como elo entre as estações de pesquisa experimentais, geralmente universitárias, e as populações rurais. A extensão rural leva novos conhecimentos aos agricultores que os aplicam e retorna às estações experimentais os problemas levantados na produção.

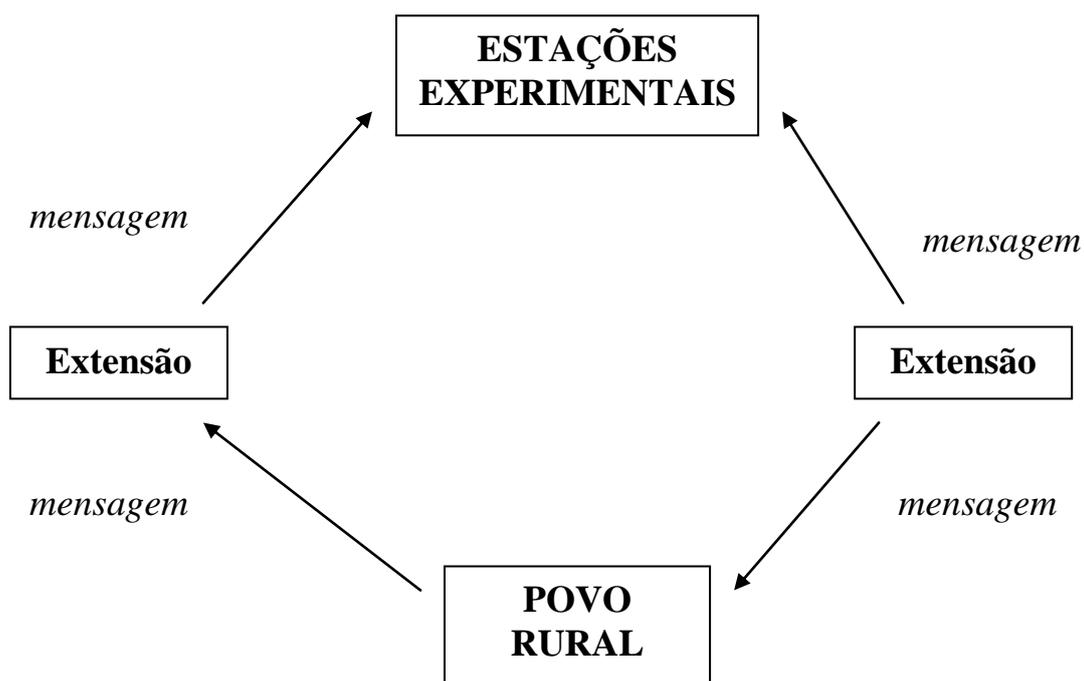


Figura 1 – Fluxograma da extensão rural clássica

Fonte: LOPES (apud FONSECA, 1985)

Os serviços de extensão rural, neste modelo clássico, trabalhavam sobre a ótica da corrente teórica neoclássica, na qual o progresso técnico era visto como o único caminho para promover o desenvolvimento e o processo de modernização em si, isso levaria a um fator de mudanças sociais. (LIMA, 2001).

O modelo difusionista-inovador, segundo Fonseca (1985), foi uma adequação do modelo clássico ao mundo subdesenvolvido, tendo como grande mentor o Professor de Sociologia Everett Rogers. Ele realizou estudos em vários países, inclusive no Brasil, combinando as teorias sobre sistemas e estruturas sociais e a capacidade individual de inovar. O conceito de capacidade de inovar é o

processo mental por onde passa o indivíduo desde a primeira notícia da inovação até decidir adotá-la ou rejeitá-la. (ROGERS, 1971, apud LIMA, 2001).

Fonseca (1995), analisando os estudos e observações de Rogers, coloca que:

[...] o desenvolvimento é uma questão diretamente relacionada ao dinamismo adotado pelo processo de inovação, que se realiza através da difusão de conhecimentos que ocasionam alternância de caráter a nível psicológico (hábitos e atitudes), introduzindo no modo de pensar das pessoas a convicção de que para os sistemas sociais em atraso (subdesenvolvidos) as mudanças são desejáveis.

O difusionismo trouxe a preocupação em se conseguir, em menor prazo possível, que os habitantes modificassem seus comportamentos pela adoção de práticas consideradas cientificamente válidas para a solução de seus problemas e, assim, atingir o desenvolvimento econômico-social (FONSECA, 1995). Esperava-se do agricultor, neste modelo um mero receptor, condutas desejáveis, a partir de ações propostas pelo extensionista, visto como fonte, implementadas por meio de técnicas de estímulo, indução, persuasão e condicionamento do receptor, de forma a atingir os objetivos concebidos pelo agente de difusão. (RUAS, 2006).

Estes modelos, clássico e difusionista foram criticados pela forma verticalizada como ocorriam, fato observado desde a origem da extensão universitária nas primeiras escolas gregas. A ação extensionista envolvia a necessidade da mudança segundo o conhecimento dos técnicos, desconsiderando os saberes da população ou das pessoas assistidas.

O termo extensão, em seu campo associativo, com uma relação significativa com transmissão, entrega, doação, messianismo, invasão cultural, manipulação entre outros, envolve ações que transformam o homem em quase “coisa” e o negam como um ser transformador do mundo. Negam a formação e a constituição do conhecimento autênticos, além, de negar a ação e a reflexão verdadeiras àqueles que são objetos de tais ações. (Freire, 1982).

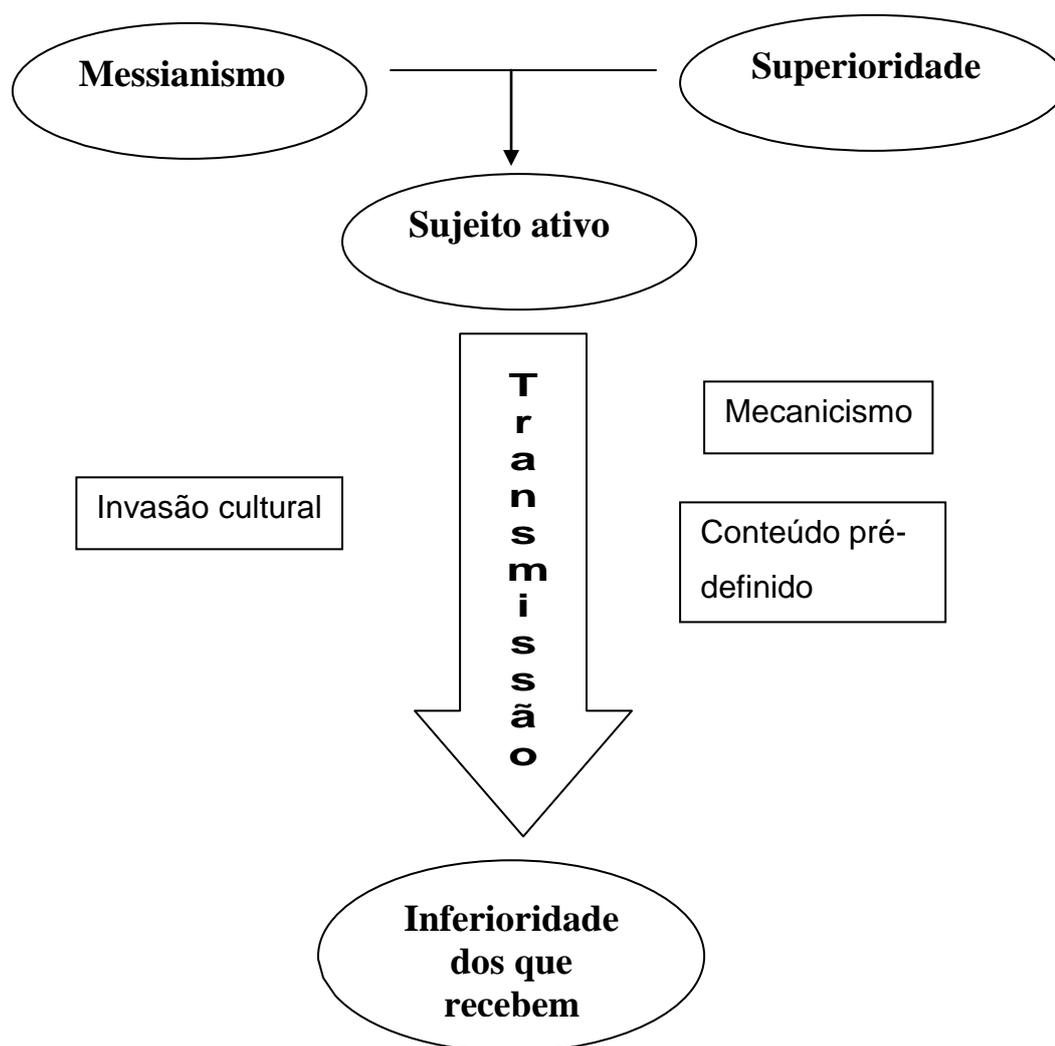


Figura 2 – Verticalidade dos modelos clássico e difusionista-inovador na extensão rural

Fonte: Serrano,2008 (adaptado de Paulo Freire , 2006)

Entre vários críticos, Caporal se posiciona em relação ao difusionismo:

É esta prática extensionista proposta por Rogers e seguida pela extensão rural no Brasil, que leva Freire (1983) a concluir que parece claro o equívoco ao qual nos pode conduzir o conceito de extensão: o de estender um conhecimento técnico até os camponeses, em lugar de (plena comunicação eficiente) fazer do fato concreto ao qual se refira o conhecimento (expressão por signos lingüísticos) objeto de compreensão mútua dos camponeses e dos agrônomos. (p.70). (Caporal,)

Com tantas contestações, associadas ao cenário de redemocratização do Brasil, teve origem, nos meios acadêmicos, uma grande

discussão sobre uma proposta pedagógica que respeitasse os saberes, as experiências e a cultura das pessoas e que promovesse a construção do conhecimento. Entra em cena o Construtivismo. Uma teoria que defende que nada está pronto e que, em nenhuma instância, o conhecimento não é dado como terminado. (BECKER, 2009)

A visão construtivista tem como precursor o cientista Jean Piaget, principal autor da Epistemologia Genética, que estuda a gênese do pensamento, resultado do processo de construção do conhecimento que ocorre na interação do sujeito com o objeto, com o meio. (RUAS et al, 2006)

Com suas pesquisas, Piaget elaborou uma matriz demonstrando como o sujeito elabora seus saberes. (Figura 3). Parte do princípio que o indivíduo estabelece uma relação de troca com o meio (físico, pessoas, conhecimento) num sistema de relações vivenciadas e significativas. Ocorre um processo constante de assimilação e acomodação durante a construção do conhecimento, que pode ser representado por uma espiral que demonstra a dinâmica dessa matriz. (RUAS, 2006).

Não há começo nem fim para essa construção. No entanto não existe um novo conhecimento sem que o sujeito já tenha um conhecimento anterior para assimilá-lo e transformá-lo. Quando ocorre algo diferente, uma mudança no meio ou na pessoa e ela não está preparada para entender e agir, ocorre um desequilíbrio em relação ao saber prévio. É o momento da construção da motivação para a aprendizagem, que dependerá da relação da pessoa com o objeto do conhecimento. Torna-se imperativo a pergunta: para que aprender?

Ao aceitar o desequilíbrio, que é o motor da espiral, o sujeito irá ampliar o saber. Para isto, ocorre a assimilação, que é o processo cognitivo pelo qual a pessoa integra um novo saber e, simultaneamente, a acomodação, que é o diálogo entre as informações obtidas e o que sabia antes, quando decidirá sobre o que é possível alterar, manter ou descartar na reelaboração do seu conhecimento prévio.

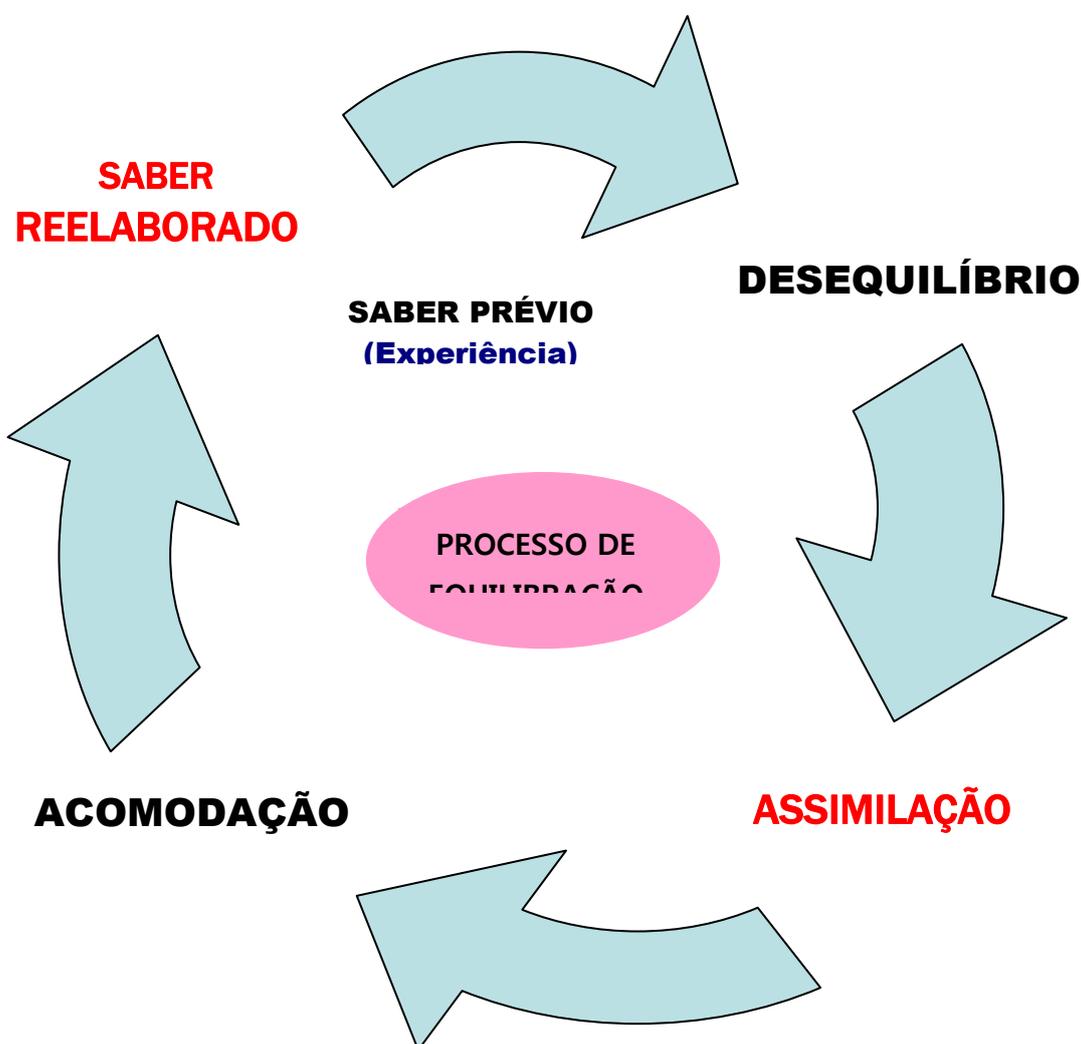


Figura 3 – Matriz de construção do conhecimento, segundo Piaget.

Fonte: RUAS, 2006

Segundo Ruas et al, 2006, “quando consegue reelaborar um saber, o sujeito ingressa no que Piaget denomina de equilíbrio. Mas é sempre um equilíbrio momentâneo, pois este saber reelaborado é sempre um saber prévio que a qualquer momento será desequilibrado.” Cabe salientar que o desequilíbrio é de quem aprende: ele é o sujeito ativo na construção de sua experiência como aprendiz, de sua história, que não é um trabalho solitário e sim realizado na relação com o outro.

Com todo esse embasamento nos conceitos de Piaget, Paulo Freire e outros pensadores e educadores, surgiu o modelo de extensão participativo-construtivista: que segundo Thiollent, 2002, se fundamenta em dimensões sociais,

solidárias, críticas e reflexivas, em metodologias participativas e em técnicas interativas.

A metodologia participativa se baseia na produção social do conhecimento com um constante processo de elaboração, reformulação e validação.

Para promover e estimular essa produção de conhecimento, é de fundamental importância o fortalecimento de processos de mediação entre extensionistas, agricultores e agricultoras familiares. Tais processos devem privilegiar, em sua prática, a utilização de técnicas que favoreçam e estimulem a reflexão dos grupos sociais sobre as relações estabelecidas com o meio físico e social e a elaboração de novos conceitos e novas experiências. A mediação implica provocar outras leituras do ambiente e das relações sociais, estimulando novas compreensões e versões possíveis sobre o mundo, o que nos qualifica a reconhecer a realidade e nossa ação sobre ela. Essa experiência traz consigo a certeza estimuladora do inacabado, do vir a ser, das verdades relativas e da necessidade de um diálogo permanente entre os atores. (RUAS et al, 2006).

Além do respeito ao outro, para que a ação extensionista tenha de fato um caráter educativo e transformador, é necessário os agricultores e agricultoras familiares sejam os verdadeiros protagonistas do processo de desenvolvimento. As relações de confiabilidade mútua e co-responsabilidade no exercício da tomada de decisão são as bases para a conquista da autonomia, que condiciona todo o processo. (RUAS et al, 2006).

2.2 HISTÓRICO DA EXTENSÃO

Ao refletir sobre a história da humanidade, observa-se que a transferência de informações ocorreu desde o período neolítico, quando se começa a prática da agricultura, como lembra Ohlweiler (1987). Com a revolução agrícola neolítica surgem as técnicas de cultivos e preparo de utensílios necessários para o trabalho da terra, inventados pelo homem. Em suas migrações para formação de novos aldeamentos, trocavam informações sobre o desenvolvimento de suas relações com a natureza e o uso dos materiais de trabalho (Caporal, 1998).

Os meios de produção se caracterizavam por serem de subsistência das populações que viviam em aldeias e também possuíam um comportamento nômade, com um estreito relacionamento com a natureza.

Com a evolução da humanidade e os diferentes modos de produção surgidos, a ampliação das forças produtivas, a implantação de novas técnicas de cultivo e armazenamento dos alimentos, passando da produção de subsistência para o sistema de trocas e sobretudo com as relações desenvolvidas pelo capitalismo, as necessidades de novas informações técnicas que respondessem melhor a estas relações foram se acentuando. Passaram a focar maior produção, maior eficiência no processo produtivo e especialização nos serviços. Foram transformações técnicas impostas naquela época e que estão presentes até os dias atuais.

Por volta de 1269, segundo Rocha (2001), a extensão teve início no Mosteiro de Alcobaça, em Portugal e foi adotada por colégios religiosos que criaram a ordem dos Jesuítas.

O primeiro serviço estruturado de extensão agrícola foi criado na Irlanda, em 1847, durante a grande escassez de batata, provocada por uma doença, e funcionou de 1847 à 1851. Foi o resultado de uma carta do Conde de Clarendon, Lord Lieutenant da Irlanda, ao Presidente da Royal Agricultural Improvement Society of Ireland, que levou à contratação e formação de instrutores itinerantes, primeiro nome dado aos extensionistas, para trabalharem entre os pequenos agricultores nas zonas mais afetadas pela doença (Silva Filho, 2010) (Swanson,1991).

Para atender às necessidades de uma sociedade em crise, este serviço passa a ser desempenhado pelas universidades e, no ano de 1867, a extensão universitária tem sua primeira experiência na Universidade de Cambridge, na Inglaterra, com grande sucesso. As universidades modernas institucionalizam o serviço de extensão, preocupados em atender os anseios da sociedade e as exigências impostas pelas mudanças provenientes da revolução industrial.

A extensão inglesa se irradiou aos Estados Unidos, que oficializou o serviço de extensão rural em 1914 com o objetivo de veicular entre a população rural conhecimentos relacionados à agricultura, pecuária e economia doméstica para a adoção de meios mais eficientes na administração da propriedade rural e do lar. Denominado como “modelo clássico”, serviu de base para a implantação da Extensão Rural em vários países do mundo. O apoio norte americano não se restringiu à orientação técnica, mas também se deu com recursos financeiros e materiais (Olinger,1996).

A experiência americana influenciou a implantação de um modelo de extensão universitária técnica nos países da América Latina associada á programas de desenvolvimento. Desta forma , foram criadas no Brasil, as Escolas Superiores de Lavras (1921) e de Viçosa (1926).

Pode-se constatar que estes, entre outros fatos, precederam o surgimento oficial da extensão rural no Brasil.

2.2.1 Histórico da Extensão Rural no Brasil

Os serviços de ATER surgiram no país, no contexto da política desenvolvimentista do pós-guerra. As primeiras experiências desenvolvidas seguindo o padrão norte americano com as Escolas Superiores de Agricultura e Veterinária em Minas Gerais e São Paulo, a partir da década de 30, como a “Semana do Fazendeiro”, em Viçosa - MG, e o Trabalho cooperativo em Santa Rita do Passa Quatro – SP, propiciaram o surgimento da Extensão Rural Oficial, no Brasil. O Estado de Minas Gerais criou, em 06 de dezembro de 1948, a Associação de Crédito e Assistência Técnica – ACAR, através de um convênio do Governo mineiro com a *American International Association for Economic and Social Development* - AIA (Callou, 2006).

Cabe ressaltar que em 1945, foi publicado o Decreto-Lei nº. 7.449 que dispôs sobre a organização da vida rural, que obrigava cada município a possuir uma associação rural, composta de proprietários de estabelecimentos rurais e que permitia a subvenção estatal como fonte de recursos, determinava que as associações teriam como sede as chamadas Casas Rurais e que seriam também órgãos técnicos consultivos. Outro Decreto-Lei, o de nº. 8.127/45, promoveu alterações na redação do Decreto-Lei 7.449/45, organizando as associações em federações estaduais e estas na Confederação Rural Brasileira. Tudo isto representou uma proposta articulada contra a sindicalização dos trabalhadores no campo e a criação das associações de trabalhadores rurais, promovidos pelo Partido Comunista. (Peixoto,2008).

No Brasil, sob uma forte influência do modelo americano, a Extensão Rural nasceu com o firme propósito de educar para a assistência técnica e foi

implantada na lógica do desenvolvimento urbano industrial. O modelo, objetivos e práticas não surgiram a partir de demandas sociais e também não se desenvolveram em bases teóricas apoiadas na realidade do meio rural e do desenvolvimento agrário brasileiro. (SAMPAIO,) Esteve presente em todas as mudanças ocorridas com a implementação de políticas agrícolas, nos anos 60 e 70, que visavam incremento na produção e maior fluxo de capital, no sentido de dinamizar o setor rural.

Foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Técnica – ABCAR e até o final da década de 50, as ACAR's estavam presentes em quase todos os estados brasileiros (SAMPAIO,). Nesta época, foi criado o Programa de Cooperação Técnica Brasil – Estados Unidos, do qual fazia parte o Escritório Técnico de Agricultura – ETA, com participação técnica e financeira, que funcionava em conjunto com o Ministério da Agricultura e teve grande papel na criação das entidades de assistência técnica e extensão rural de vários estados brasileiros. Com o ETA – Projeto Nº. 15, foram criados os serviços de extensão no Estado do Paraná, culminando no surgimento da ACARPA.

A criação da ABCAR atendia não apenas a necessidade de coordenação e controle do serviço de extensão rural em nível nacional, mas também possibilitava a disseminação da ação extensionista para todo território nacional.

Havia a preocupação em buscar recursos financeiros para garantir a expansão e perpetuação do serviço de extensão e também com a “observância de diretrizes uniformes e a preservação dos princípios da Extensão.”(BRASIL, ABCAR, 1957, apud FONSECA, 1985).

Tabela 1 – Fatos que marcaram a história da extensão rural brasileira

Ano	Fatos ocorridos
1948	Governo de Minas Gerais assinava convênio com a AIA, criando a ACAR, introduzindo a idéia extensionista no Brasil.
1954	Governo brasileiro assina convênio com o governo norte americano criando o Escritório Técnico de Agricultura – ETA.
1956	Fundação da ABCAR com a finalidade de coordenar a Extensão Rural no país, obter e distribuir recursos financeiros às associações estaduais e acompanhar o desempenho dos serviços de extensão rural nos Estados.
1961	Elaboração do Plano Qüinqüenal (1961-1966) que abriu caminho para a Institucionalização do SIBRATER.
1966	A Extensão Rural passa a ser coordenada pelo Ministério da Agricultura, através do INDA.
1970	Criação do INCRA
1975	Criação da EMBRATER e extinção da ABCAR
1977	Publicação do Livro Extensão ou Comunicação, do educador Paulo Freire.
1986	Criação da FASER
1988	Promulgação da Constituição Federal, prevendo a manutenção do serviço de ATER pública e gratuito aos pequenos produtores rurais.
1990	Extinção da EMBRATER
1996	Criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).
2000	Instituição do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.
2003	Competência de organização do sistema de ATER passa para o MDA.
2004	Lançamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER. Reestruturação da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural – ASBRAER.
2010	Lei de ATER

Fonte: Elaborado pelo autor.

A ABCAR e as associações estaduais (ACAR) eram organizações civis, sem fins lucrativos, de direito jurídico privado, com autonomia técnica e administrativa e que estavam articuladas entre si em função da filosofia, objetivos, princípios e metodologia de trabalho (Olinger, 1996). Eram administradas por juntas governativas ou conselhos deliberativos, compostos pelos membros fundadores e representantes de órgãos governamentais, associações de classe, bancos e outras entidades.

Tabela 2 – Expansão do sistema de extensão rural no Brasil

Associações estaduais	Ano
ACAR (Minas Gerais)	1948
ANCAR (Pernambuco, Bahia, Ceará)	1954
ANCAR (Paraíba e Rio Grande do Norte)	1955
ASCAR (Rio Grande do Sul)	1955
ACARPA (Paraná)	1956
ACARESC (Santa Catarina)	1956
ACARES (Espírito Santo)	1957
ACAR-RJ (Rio de Janeiro)	1958
ACAR-GO (Goiás)	1959
ANCAR-SE (Sergipe)	1962
ANCAR-AL (Alagoas)	1963
ACAR-MA (Maranhão)	1963
ACARMT (Mato Grosso)	1965
ACAR-PA (Pará)	1965
ANCAR-PI (Piauí)	1966
ACAR-AM (Amazonas)	1966
ACAR-DF (Brasília)	1967

Fonte: LOPES, s.d., apud Fonseca, 1985.

Foi um momento importante da extensão rural no Brasil, segundo Olinger (1996), quando ocorreu uma grande expansão do serviço, com autonomia nas ações e grande participação do SIBRATER nas ações de desenvolvimento do

país. A forma participativa de planejamento, decisões, execuções e avaliações, característicos da atuação da ABCAR e as associações estaduais, com influência junto aos governos federal e estaduais, despertaram um sentimento de ciúmes e oposição por parte de algumas instituições públicas responsáveis pelo desenvolvimento rural no do país, até mesmo dentro do Ministério da Agricultura. A forte interferência política, aliada aos interesses pessoais, abalou o sistema, culminando na extinção da ABCAR. (OLINGER, 1996).

Com o surgimento da EMBRATER, a Extensão Rural consolidou sua ligação com o Estado. Dentro de um contexto de forte controle social e manutenção da ordem vigente, assumiu um papel fundamental na modernização da agricultura, tendo como premissas a geração de divisas para o país com o aumento das exportações, a produção de matéria prima e alimentos para o mercado interno e a geração de empregos. Tudo isto associado ao desenvolvimento industrial.

O SIBRATER entrou em uma fase de acentuada decadência, parte do prestígio obtido durante a época da ABCAR havia se perdido, dando lugar á muitas críticas diante das dificuldades em atingir bons resultados. Entre as causas da decadência da extensão, pode-se destacar:

- Acomodação do sistema, com o prestígio alcançado no passado, não se atentando às mudanças no cenário produtivo e de mercado, com novas exigências e forte competição, que tornavam necessários ajustes na estratégia de atuação da Extensão, acarretando na perda da eficácia dos serviços;
- O sistema passou a sofrer fortes pressões políticas com indicações de cargos diretivos e de empregados a serem contratados com ou sem qualificação para o serviço;
- A perda na autonomia de planejamento, na execução dos trabalhos e principalmente na captação e utilização de recursos para manutenção do sistema de extensão, tendo em vista a redução no orçamento, pela perda da isenção fiscal, quando da passagem de ABCAR, para EMBRATER;
- Concentração de funcionários nos escritórios centrais e regionais, aumentando os custos dos serviços e afastando a extensão da população e municípios mais carentes, que é o real motivo de sua existência;

- Deficiência no acompanhamento e supervisão dos trabalhos realizados, falta de avaliação do desempenho dos funcionários e dos resultados alcançados junto aos agricultores;
- Evasão dos técnicos mais qualificados para outras organizações, na busca de melhores salários e possibilidades de avanço sócio-econômico;
- Falta de prioridades na execução de trabalho, abrangendo várias frentes de trabalho, fato característico da extensão rural, que causa descontinuidade das ações e descrédito por não atingir os resultados esperados pelo público;
- A tendência à adoção de métodos mais simples que demandam menos esforço e o abandono de metodologias para o conhecimento da realidade, principalmente sociais, bem como para execução de ações a longo prazo, que exigem mais preparação e atividade intelectual;
- Falta de propaganda e marketing sobre os trabalhos executados pela extensão e seus resultados que beneficiam não só a agricultura, mas toda a sociedade, também colaboraram para a decadência da extensão rural;

É importante observar que estes pontos, citados acima, continuam a influenciar o desempenho da extensão rural nos dias de hoje.

As práticas de extensão fundamentadas na teoria difusionista passaram a sofrer críticas, influenciadas por um fato marcante na história da extensão no Brasil e na América Latina: a publicação do livro *Extensão ou Comunicação?*, de Paulo Freire, em 1977. O autor identificava as ações da extensão como autoritárias e apontava para o desconhecimento da cultura e do saber popular, ao se apresentar como detentora de um saber absoluto, superior e redentor da ignorância. (SERRANO, 2008).

No ano de 1979, a EMBRATER incorporou em suas diretrizes, orientações sobre a participação dos agricultores no planejamento das ações em nível municipal. O novo conceito teórico paulofreiano da Extensão sugeria ações distintas daquelas desenvolvidas pelos técnicos e pelas instituições voltadas para o

desenvolvimento rural. Pesquisadores, técnicos e principalmente os movimentos sociais e organizações não-governamentais, passaram a debater a participação efetiva dos beneficiários da extensão rural na leitura de realidade. O difusionismo começa a perder força e surgem conceitos como desenvolvimento local e uma série de pesquisas no campo da comunicação. Tudo isto, no final da ditadura militar.

A democratização do País propiciou o surgimento do movimento social extensionista, com a criação, em 28 de novembro de 1986, da Federação das associações e Sindicatos dos Trabalhadores de Assistência Técnica e Extensão Rural e Serviço Público do Brasil (FASER). Na década de 1980 a EMBRATER optou por apoiar um modelo de desenvolvimento rural ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo, e por estimular ações voltadas prioritariamente para os pequenos produtores e assentados rurais do 1º Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA, criado pelo Decreto nº 91.766, de 10/10/1985), além de novas metodologias de capacitação extensionista. Neste período houve a tentativa de aproximação entre servidores da extensão rural e as organizações de movimentos sociais, que se colocavam como novos atores no processo de ATER.

Com o processo de redemocratização foi promulgada, em 1988, a Constituição Federal e, segundo Peixoto (2008), somente após este fato a extensão rural teve um tratamento específico na legislação brasileira, com a Lei nº 8.171/1991, que dispõe sobre a Política Agrícola. No capítulo V foi estabelecido que:

Art. 16. A assistência técnica e extensão rural buscarão viabilizar, com o produtor rural, proprietário ou não, suas famílias e organizações, soluções adequadas a seus problemas de produção, gerência, beneficiamento, armazenamento, comercialização, industrialização, eletrificação, consumo, bem-estar e preservação do meio ambiente.

Art. 17. O Poder Público manterá serviço oficial de assistência técnica e extensão rural, sem paralelismo na área governamental ou privada, de caráter educativo, garantindo atendimento gratuito aos pequenos produtores e suas formas associativas, visando:

I – difundir tecnologias necessárias ao aprimoramento da economia agrícola, à conservação dos recursos naturais e à melhoria das condições de vida do meio rural;

II – estimular e apoiar a participação e a organização da população rural, respeitando a organização da unidade familiar bem como as entidades de representação dos produtores rurais;

III – identificar tecnologias alternativas juntamente com instituições de pesquisa e produtores rurais;

IV – disseminar informações conjunturais nas áreas de produção agrícola, comercialização, abastecimento e agroindústria.

Art. 18. A ação de assistência técnica e extensão rural deverá estar integrada à pesquisa agrícola, aos produtores rurais e suas entidades representativas e às comunidades rurais.

No início dos anos 90, com a extinção da EMBRATER, a extensão passou pelo seu momento mais crítico. A Lei Agrícola de 1991, reiterou a obrigação da manutenção gratuita do serviço de ATER, no entanto o Estado se manteve afastado desta responsabilidade, tanto do ponto de vista institucional, como através da redução dos recursos para manutenção dos serviços.

Na falta da coordenação nacional do serviço de ATER, cada Estado teve que assumir seu serviço e assim ocorreu um verdadeiro desmonte da extensão rural. Cabe ressaltar que algumas entidades estaduais de Ater tinham até 80 % de seu orçamento sustentado por recursos federais. (CAPORAL, 2008). Nas regiões Norte e Nordeste, o serviço foi praticamente extinto. No Sul e Sudeste, alguns estados dividiram os custos e investimentos com os municípios. Foi desta forma que Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná conseguiram manter sua estrutura de extensão rural.

Diante deste quadro, em 1995/1996, segundo dados do censo agropecuário, pouco mais de 16 % dos agricultores familiares do Brasil recebiam assistência técnica.

No ano 2.000 foi instituído o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, que sucedeu o Ministério Extraordinário da Política Fundiária e, no ano seguinte, assumiu as responsabilidades de apoio à promoção da agricultura familiar. Em junho de 2003 as competências relativas à organização do sistema e prestação de serviço de ATER migraram do MAPA para o MDA e, em 2004, este ministério cria o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER, no âmbito da Secretaria da Agricultura Familiar – SAF/MDA, para coordenar, em nível nacional, os serviços de ATER no país. (ASBRAER, 2009).

A reestruturação do sistema de ATER alcançou muitos resultados, um deles de vital importância: a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, lançada em 2004.

... a Política Nacional de ATER foi construída de forma participativa, em articulação com diversas esferas do governo federal, ouvindo os governos das unidades federativas e suas instituições, assim como os segmentos da sociedade civil, lideranças das organizações de representação dos agricultores familiares e dos movimentos sociais comprometidos com esta questão. Fruto deste processo participativo tem-se, agora, um cenário bastante favorável para a implementação de uma Política de Ater que atenda aos anseios da sociedade e, em especial, daquelas pessoas que vivem e produzem em regime de economia familiar, seja na agricultura, na pesca, no extrativismo, no artesanato ou em outras atividades rurais. (SAF/MDA, 2004)

Também em 2004, foi reestruturada a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural – ASBRAER, uma organização da sociedade civil que congrega 27 instituições públicas estaduais de ATER.

Após o lançamento da PNATER, o SAF/MDA promoveu um conjunto de ações, entre seminários, cursos, congressos, conferências e um forte investimento na formação continuada de extensionistas para implementação desta política. Em 2005 foi instituído o Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER, gerido por um comitê nacional com participação paritária de entidades governamentais e da sociedade civil, com o objetivo de organizar a prestação de serviço de ATER no país. Desta forma, a extensão rural voltou à pauta política nacional, resultando num expressivo aumento no orçamento federal para apoio aos serviços de ATER.

A PNATER, segundo dados da SAF/MDA, possibilitou a criação de um sistema público de ATER não governamental em 12 redes temáticas, com investimentos que saltaram de 46 milhões de reais, em 2003, para 626 milhões de reais, no ano de 2010.

Concretizando os avanços nos serviços da extensão rural no Brasil, em 11 de janeiro de 2010, foi sancionada a Lei 12.188, instituindo a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, que define os princípios, objetivos dos serviços e a forma de aplicação dos recursos federais na ATER.

2.2.2 A Extensão Rural no Paraná

A extensão rural surgiu, no Paraná, num momento de forte expansão das fronteiras agrícolas, com a colonização do norte do estado para a produção da lavoura cafeeira, atividade que proporcionou grande mudança na ocupação e urbanização da região e em toda economia estadual. (EMATER,2006).

Observando os benefícios que os serviços levavam aos agricultores de outros estados, o Governo tomou a decisão de implantar a extensão rural no Paraná. Assim, em 20 de janeiro de 1956, foi assinado um contrato entre a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural do Estado do Paraná – principal entidade que assessorava a agricultura, naquela época, o Departamento de Fronteiras do Estado do Paraná e o Escritório Técnico de Agricultura com a finalidade de aumentar a produtividade e obter melhores condições de vida para a população rural. Assim foi criado o ETA – Projeto Nº 15, que deu origem ao sistema oficial de ATER no estado do Paraná, atualmente denominado Instituto Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER.

No primeiro momento foi constituída uma equipe de 20 extensionistas (11 em economia doméstica e 9 agrônomos) instalados 7 escritórios locais. Os extensionistas passaram por um processo de capacitação, denominado “Pré-serviço”, que preparava os técnicos para o trabalho de extensão.

Com a extinção do ETA Projeto 15, no ano de 1959, diversas entidades paranaenses, reconhecendo a importância dos serviços, assumiram o projeto e criaram a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, entidade civil sem fins lucrativos, associada à ABCAR e vinculada à Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná que assumiu a responsabilidade da extensão rural no Estado. A Acarpa foi fundada com o objetivo de executar um programa de assistência técnico-educativa que permitisse o aumento racional da produção agropecuária e a melhoria das condições sócio-econômicas da população rural do Estado do Paraná. (SEPULCRI, 2005, apud EMATER, 1981).

Em 1977 foi criada a Empresa Paranaense de Assistência Técnica Extensão Rural – EMATER-PR, com os objetivos de planejar, coordenar e executar programas de ATER e colaborar com outros órgãos na formulação e execução de políticas públicas de ATER, dentre outros. A ACARPA e a EMATER-PR conviveram

por um período de 2 anos, atuando de forma complementar, até o Governo estadual extinguir a primeira, em 1979. Foi um período de grande crescimento da estrutura organizacional da extensão, tornando-se presente, praticamente, em todo estado.

A extinção da EMBRATER afetou a manutenção dos serviços de extensão em todo país. No Paraná, eles foram mantidos pelo governo estadual, com forte apoio dos municípios e convênios com cooperativas, órgãos governamentais e organismos internacionais para operacionalização de políticas públicas e programas de governo, que deram ao estado grande projeção em ações como manejo e conservação de solos – programas de microbacias hidrográficas, plantio direto – organização do sistema cooperativo, agroindústria e processamento de alimentos e outros.

Em 23 de dezembro de 2005, o Governo do Estado modificou o regime jurídico da EMATER-Paraná, passando de empresa pública para autarquia, que passou a se denominar Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, com a sigla EMATER.

2.3 O PAPEL DA EXTENSÃO RURAL: DA ACAR À PNATER

A extensão rural no Brasil se desenvolveu como instituição vinculada ao setor público, destinada a atuar no apoio às comunidades rurais (Sampaio, ...). Nasceu como um instrumento de ensino e educação informais, dando oportunidade à população rural de aprender, sem prejudicar e sem abandonar o trabalho rural e doméstico. (OLINGER, 1996).

Mesmo se tratando de um instrumento de ensino e educação, portanto de transformação, a atuação extensionista, na prática se contradiz: na maioria dos casos, é muito tecnicista, age persuadindo o seu público no sentido de adotar novos procedimentos, desconsiderando o conhecimento das pessoas.

Aqui é importante entender a diferença entre Extensão Rural e Assistência Técnica: a primeira é compreendida como sistemas de procedimentos técnicos e organizativos, apresentando como função a educação do agricultor e da população rural, sendo também uma organização que desenvolve trabalhos com as famílias e trabalhadores rurais; a assistência técnica é definida como um conjunto de

ações integradas que objetiva dar condições aos usuários de adotar e utilizar técnicas para atingir o êxito em seu empreendimento. (BICCA, 1992, apud OLIVEIRA et al,).

Tomando como base o estudo realizado por Ruas et al, 2006, em que foram delineados quatro períodos, partindo do modelo de desenvolvimento rural proposto, analisamos a atuação da extensão rural no Brasil, abordando a metodologia de trabalho, a relação com o público e seu papel como executor de programas de Governo.

Tabela 3 – Classificação dos períodos da extensão rural, no Brasil, pelo seu foco metodológico de atuação

<i>PERÍODO</i>	<i>CLASSIFICAÇÃO</i>	FOCO METODOLÓGICO
1948/1963	Do tradicional ao moderno	A técnica da demonstração
1964/1979	Modernização do campo	O difusionismo
1980/1989	A profissionalização do campo	A organização comunitária X especialização tecnológica
1990/2005	Urbanização do espaço rural	A metodologia participativa

Fonte: Ruas, 2006 (Tabela elaborada pelo autor)

No primeiro momento, que teve seu início com a criação da ACAR, num cenário pós-guerra de forte influência dos Estados Unidos, impondo um modelo de crescimento econômico capitalista, havia uma grande preocupação com a adoção de inovações tecnológicas e utilização de insumos e bens produzidos pela indústria. Foi um período marcado pela exclusão social e pelo êxodo rural, com um grande fluxo migratório para as cidades mais industrializadas.

Com uma atuação essencialmente creditícia, a ACAR concedia empréstimos aos agricultores através do crédito rural supervisionado, direcionando os recursos à tecnificação da produção e melhoria nas propriedades e no lar. Após a primeira avaliação dos serviços da ACAR, quando se constatou que os resultados não foram satisfatórios, o serviço de extensão no Brasil passou a atuar no sentido de educar o agricultor e sua família. (FONSECA, 1985). Como processo educativo, a extensão deveria ser capaz de provocar mudanças de atitudes, conhecimentos habilidades dos produtores, tendo o crédito rural como instrumento para aplicação das orientações técnicas.

A ação extensionista nesse período privilegiou o uso da demonstração técnica e da demonstração de resultados, influenciada pelas teorias do americano Seaman A. Knapp. Na perspectiva de fomentar inovações relacionadas à administração do lar e da propriedade, foram adotados recursos audiovisuais considerados inovadores para a época, tais como projetor de slides e álbum seriado. As visitas domiciliares e reuniões de grupo eram as formas mais usuais da relação extensionista/agricultor. (RUAS, 2006).

Segundo Fonseca, 1985, os relatórios da ACAR identificavam o estado de carência da população rural, indicando como causa o baixo nível econômico e social. No entanto: seu discurso dissimulava as causas e os efeitos reais da questão, a existência de contradições inerentes à sociedade capitalista negavam o saber próprio dos agricultores. Propunham, como solução, a aplicação de métodos modernos e práticos capazes de substituir a maneira tradicional de viver por uma mais moderna, induzindo o agricultor a acreditar que as melhores soluções seriam aquelas propostas pelos extensionistas.

O trabalho era realizado com as famílias rurais. Desta forma, além da preocupação com a produção, foram desenvolvidas ações com as mulheres, voltadas principalmente para as questões domésticas: saneamento, higiene e limpeza, alimentação e vestuário. O trabalho com as mulheres rurais desenvolvido pela extensão rural, por um longo tempo, ignorava seu papel de agricultoras, levando às mesmas, somente conteúdos de economia doméstica e atividades ligadas ao lar. (SEPULCRI, 2006).

Também foram iniciados trabalhos com jovens com a criação dos Clubes 4S (saber, sentir, saúde e servir), com o objetivo de formar futuros agricultores numa visão favorável às mudanças tecnológicas, desenvolver a formação cívica e influenciar, através dos jovens, a adoção de inovações tecnológicas pelos adultos.

A extensão rural atuava de modo a garantir que o homem rural entrasse no ritmo e na dinâmica da sociedade de mercado. Que ele passasse a produzir mais, com melhor qualidade, em menor tempo e, sobretudo, maior rendimento, lhe permitindo consumir insumos e equipamentos que o possibilitarão continuar produzindo e consumindo.

Com a criação da ABCAR, os serviços de ATER foram disseminados em todo o país e houve a necessidade de se alterar a estratégia metodológica de atuação, com uma ação mais planejada e controladora, fundada na teoria

difusionista-inovadora. (FONSECA,1985). Desta forma, com a criação das associações estaduais e o sistema consolidado, entramos no segundo momento: a modernização do campo, através do difusionismo.

Foi um período com mudanças significativas no crédito rural, que deixou de ser supervisionado, passando à orientado e direcionado à modernização da agricultura e a expansão das áreas de produção, privilegiando os grandes projetos e monoculturas.(RUAS, 2006).

Com o estímulo ao aumento da produção e produtividade ancorada nos princípios da economia de escala, houve uso intensivo e indiscriminado de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, o que resultou na exclusão dos pequenos produtores, além de provocar grandes impactos sociais, culturais e forte desequilíbrio no meio ambiente. (RUAS, 2006).

Segundo Kreutz, Pinheiro e Cazella 2005, no contexto pedagógico, com uma abordagem tecnicista, o extensionista possuía o controle científico e o planejamento era executado com a colaboração de especialistas das diferentes áreas. A matriz tecnológica implantada no período era altamente especializada e produtivista e as instituições de extensão rural se organizaram dentro da concepção centralizada e descendente, com ampliação de seus instrumentos de controle e supervisão. (MUSSOI, 2003, apud KREUTZ, PINHEIRO e CAZELLA, 2005).

Antes da contratação pelas instituições de extensão, os técnicos passavam por uma seleção que seguia critérios rigorosos na identificação do perfil para atuação como extensionista, que se estendia até a o processo de capacitação denominado “Pré-serviço”. Era um treinamento doutrinário-filosófico com conteúdos em comunicação e metodologia extensionista e quando o técnico não atingia uma boa avaliação, era dispensado do serviço. Havia também um programa rígido de supervisão e acompanhamento aos extensionistas, como forma de capacita-los em serviço. Este processo de desenvolvimento humano e organizacional diferenciava a extensão rural de outras empresas privadas na época. (SEPULCRI, 2005).

Com a criação da EMBRATER e a transformação das ACAR's em empresas estatais – EMATER, a extensão privilegiou a atuação com programas de modernização da agricultura e o extensionista passou a ser o especialista responsável pela difusão de pacotes tecnológicos gerados pela pesquisa e implementação de programas. Essa orientação extensionista teve implicações

negativas nas questões ambientais e desvalorização do trabalho social em detrimento do econômico. (RUAS, 2006).

O terceiro período foi marcado por recessão econômica, desemprego, lutas por melhores salários e reivindicações dos produtores por melhores preços. Neste cenário de crise social, associado às mudanças decorrentes do fim do regime militar, a população rural começou a se organizar para discutir propostas alternativas, com uma forte participação dos movimentos sociais e organizações representativas dos agricultores e dos trabalhadores rurais, como a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG que passou a debater em seus congressos um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável – PADRS, que logo foi internalizado pelo movimento sindical, com reivindicações em eventos como o Grito da Terra, nos anos 90.

A contestação ideológica faz com que ganhe força na sociedade, especialmente nos meios estudantis e intelectuais, proposta de desenvolvimento participativo, democratização da educação e participação da sociedade na definição de seus destinos. (EMATER-Paraná, 2005). As correntes políticas passam a conviver com posições contraditórias e uma disputa constante de espaços e a extensão rural não ficaria de fora desta realidade. O Estado passa a não ter o monopólio da prestação do serviço de extensão com a entrada de novas entidades, renovando concepções e práticas de ATER. (DIAS, 2007).

Sintonizada com os acontecimentos e mudanças no cenário nacional, na década de 80, a EMBRATER buscou internalizar as propostas advindas do pensamento de Paulo Freire e dos críticos ao modelo difusionista e apresentou às EMATER's, uma nova metodologia, na qual o extensionista trabalharia com os pequenos produtores a partir do diálogo que respeitasse os saberes popular e acadêmico, como complementares, mas também assumiria o papel de mediador dos interesses do Estado e da pequena produção.

Finalmente o período que se iniciou em 1990 e se estende até os dias de hoje (pela data da publicação MEXPAR, da EMATER-MG, consta até 2005) e que se caracteriza pela maior proximidade da sociedade civil com o poder público. São criados espaços públicos para debate, formulação, implementação e gestão de políticas públicas e os movimentos sociais se fortalecem ampliando sua atuação política. A reflexão crítica do papel da extensão e seus resultados, e as mudanças no processo de construção de uma sociedade democrática, influenciaram direta e

positivamente o serviço de extensão rural: “estimulando a implementação de processos educativos que favoreçam a inclusão social dos agricultores e agricultoras familiares, a produção e apropriação do conhecimento e o desenvolvimento da consciência crítica e da capacidade dos atores sociais conceberem e articularem um projeto histórico próprio.” (CARVALHO, 200..).

Com o desmonte do SIBRATER, as instituições de extensão que permaneceram passaram a sofrer pressão das organizações rurais e movimentos sociais para que prestassem os serviços de forma gratuita e com qualidade. “Isso contribuiu para o estabelecimento de novas relações entre a sociedade civil organizada e o Estado e a legitimação da metodologia participativa junto aos agricultores e agricultoras familiares e suas formas organizativas.” (RUAS, 2006).

Com a criação do MDA e da SAF, foram promovidos seminários estaduais e nacionais, para elaboração da PNATER, que define a missão dos serviços de ATER pública, o público beneficiário, a metodologia para a ação extensionista e um novo paradigma tecnológico de produção assentado nos princípios científicos da Agroecologia.

2.4 Atuação da extensão rural no Paraná

O processo evolutivo da extensão rural no Estado do Paraná ocorreu de forma semelhante ao verificado em nível nacional, passando pelas mesmas fases e modelos descritos anteriormente. Trataremos, neste item, alguns pontos que marcaram a atuação da extensão oficial do estado, que influenciaram diretamente no desenvolvimento de sua agricultura. Estes pontos foram levantados em publicações da EMATER.

A extensão rural surgiu com a finalidade de modernizar a agricultura brasileira, através do aumento da produção e da utilização de tecnologias, baseadas em insumos modernos e introdução de máquinas e equipamentos. O ETA - Projeto N^o 15 tinha uma proposta fomentista que se utilizava do crédito rural e da assistência técnica para atingir o desenvolvimento proposto. Este modelo foi mantido com a criação da ACARPA, que realizava um trabalho muito eficiente, atendendo as demandas levantadas pela sociedade.

Durante todo período de sua existência a ACARPA desempenhou um grande papel no desenvolvimento da agricultura paranaense, transformando a produção de subsistência em produção para o mercado, principalmente para a exportação para geração de divisas para o país; ampliando as fronteiras agrícolas e provocando grande expansão exploratórias como soja, milho, feijão, algodão, pecuária de leiteira e de corte, além de atividades alternativas como fruticultura, olericultura e sericicultura. Tudo isto enfocando a mecanização e modernização do processo produtivo.

Este processo teve um forte apoio de políticas públicas e programas para o desenvolvimento da agropecuária e foi responsável pela consolidação da extensão rural na sociedade paranaense, dada a eficiência de sua atuação e os resultados significativos para a economia paranaense. Surgiram empresas de planejamento agropecuário, atraídas pelos recursos investidos no setor, assim como cooperativas e grandes grupos formaram equipes técnicas, criando um ambiente de disputa com a extensão rural pela assistência aos agricultores e pelos recursos aplicados na agricultura.

Quando foi instituída a EMATER – Paraná, as bases deste modelo de desenvolvimento se mantinham; porém começava a dar sinais de esgotamento. Ele, que gerou uma agricultura pujante, fazendo do Paraná o maior produtor agrícola brasileiro, transformou a economia estadual, mas também promoveu exclusão no campo e na cidade, concentração de renda, êxodo rural e desigualdade social. O poder político se transferiu para as cidades e aglomerados urbanos, que passaram a ter mais prioridade com relação às políticas públicas e destinação de recursos, reduzindo assim o crédito para o setor agropecuário.

Outra constatação negativa é que este modelo originou um significativo processo de degradação ambiental. Aí se destaca um outro ponto de destaque da atuação da extensão rural paranaense: a execução de grandes programas governamentais relacionados ao uso racional dos recursos naturais. Foram programas de apoio à agricultura, porém, mais focadas em conservação e manejo de solos e águas, organização rural e bem-estar social, dos quais se destacam:

- Programa Integrado de Conservação do Solo – PROICS;
- Programa Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – Pro-Rural;

- Programa de Manejo Integrado de Solos e Água – PMISA;
- Programa de Irrigação e Drenagem – PROID;
- Programa de Desenvolvimento Florestal Integrado – PDFI;
- Projeto PARANÁ RURAL;
- Projeto Paraná 12 Meses;
- Manejo Integrado de Pragas e Doenças de lavouras.

Estes e outros projetos e ações regionais marcaram a atuação da extensão rural, ocorrendo em parceria com inúmeras instituições governamentais e não governamentais. A EMATER – Paraná passou a desempenhar um novo papel: a articulação das ações e de outros setores ligados à agricultura.

No momento em que o modelo difusionista-inovador passou a receber críticas, propostas de desenvolvimento participativo surgiram juntamente com os movimentos sociais, organizações rurais e representações dos agricultores, levando a EMATER a adotar um novo modelo de extensão rural denominada “Modelo 80”, que propunha uma postura educativa e resgatar o humanismo crítico como centro da orientação da atividade da extensão rural. (SEPULCRI, 2005).

Os princípios do modelo 80 eram a participação, a educação e a realidade e seu público era o agricultor e sua família, diferenciando as categorias de produtores segundo os interesses e necessidades de cada uma. A prioridade de atendimento era para os pequenos e médios agricultores e se iniciou o trabalho junto aos trabalhadores rurais, aos assentados da reforma agrária e os movimentos sindicais, até então públicos que eram marginalizados pela extensão.

Foi um momento de repensar a atuação extensionista, que passava de um modelo fomentista, centrado na produção, para outro humanista educativo, centrado no homem, como consta no quadro No entanto, mesmos existindo uma proposta pedagógica inovadora, um discurso de planejamento participativo e uma necessidade de se adequar aos questionamentos e propostas lançadas pela sociedade, o que de fato direcionou a atuação da EMATER – Paraná foi a execução de programas governamentais.

Quadro.- Diferença quanto a filosofia, conteúdo e público atendido entre o modelo de extensão anterior e o “modelo 80”

MODELO ANTERIOR	MODELO 80
Fomentista, produtivista, mecanicista	Humanista, educativo
Centrado na produção agropecuária	Centrado no homem, em seu bem-estar
Visão por produto	Visão da propriedade como um todo
Produtor como paciente (objeto) da ação extensionista (agente)	Produtores, extensionistas e pesquisadores agindo sobre a realidade
Baseado na assistência técnica, crédito rural, liderança e cooperativismo	Baseado na educação, participação, realidade e organização rural
Introdução de tecnologia moderna preconizada pela pesquisa	Colocação à disposição dos agricultores de alternativas tecnológicas apropriadas desenvolvidas pela pesquisa, e/ou extensionistas, e/ou produtores
Público: produtor com capacidade de resposta.	Público: pequeno e médio produtores.

FONTE: SEPULCRI (2005)

A partir de 1999 foi implantado o Projeto de Modernização da EMATER-PR, tendo como estratégia o planejamento do trabalho em bases territoriais e geográficas. Foram definidas regiões homogêneas compostas por municípios de características semelhantes, objetivando a soma de esforços para promover o desenvolvimento local, com o fortalecimento econômico ambiental e sociopolítico, a partir da integração entre governo e os atores sociais locais.

Outro ponto marcante em toda a trajetória de atuação da extensão rural no estado foi o trabalho de organização rural. Utilizada como estratégia para o desenvolvimento rural, as ações de organização da comunidade, de comissões, de conselhos, de clubes de jovens e de mulheres, de sindicatos, associações e cooperativas, identificando lideranças que contribuíssem no processo, constituíam-se na forma mais rápida e efetiva de atingir resultados. Os extensionistas percebiam que só alcançariam seus objetivos, bem como dos agricultores, se houvesse união e cooperação. A metodologia de trabalho com grupos possibilitava um atendimento de maior número de pessoas, difundindo tecnologias a custos menores e com mais rapidez que os métodos individuais. Segundo Sepulcri, 2005, o trabalho em associativismo e cooperativismo foi uma diretriz da extensão desde seu início, por constar do Plano Quinquenal da ABCAR.

Atuando de forma integrada com a comunidade e outras instituições, a extensão rural ajudou a criar um sistema cooperativista reconhecido como dos mais importantes do Brasil e América Latina. As cooperativas agropecuárias paranaenses, segundo EMATER (2005, apud OCEPAR), representavam 53 % da economia agrícola do Estado, com faturamento de 13,6 bilhões de reais no ano de 2003, correspondendo por 15 % do PIB do Paraná.

Fruto da proposta do modelo 80, com uma atuação participativa e educativa, foi inserido no trabalho com organização rural alguns componentes mais subjetivos, como cidadania, representação de classe dos agricultores e organizações comunitárias. Foram criadas e orientadas centenas de associações de produtores, associações comunitárias, de mulheres, grupos de jovens e muitos outros. (EMATER, 2005).

O trabalho com grupos de produtores era uma das principais estratégias do modelo 80, atingindo no seu primeiro ano de atuação, mais de três mil grupos (2,5 mil grupos de produtores e 0,65 mil de donas de casa), totalizando cerca de 50 mil produtores e 10,5 mil donas de casa (ACARPA, 1981). Estes grupos tinham a finalidade de unirem esforços, de ação e reivindicação, na solução de problemas comuns que dificultavam o seu desenvolvimento, ligados não só a produção e produtividade agrícola, mas a todos os setores (educacionais, agrícolas, infra-estrutura, transporte, etc.). (SEPULCRI, 2005).

2.5 Trabalho com grupos

A extensão rural sempre se utiliza de unidades de trabalho, como municípios, comunidades, microbacias hidrográficas, categorias de agricultores, para o planejamento e execução das ações. No entanto, os pequenos grupos são os que mais oferecem condições de desencadear um processo de conscientização e autodesenvolvimento, possibilitando aos seus integrantes refletir, focalizar a sua visão de mundo e dos seus problemas e organizar-se para uma ação conjunta. (MOLINA, 1988). O papel do extensionista, como educador, é o de animar, facilitar e estimular o desenvolvimento do processo grupal.

Para exercer este papel, que apresenta grande complexidade, o extensionista deve estar capacitado e preparado para coordenar um trabalho que envolve relações sociais e não simplesmente atuar com bom senso e por intuição. Muito do insucesso observado na condução dos trabalhos com grupos de

agricultores está relacionado à incapacidade de coordenação do processo grupal, pelo extensionista.

Primeiramente, precisamos definir o que é um grupo. Segundo Molina, 1988, “um grupo social é um conjunto de indivíduos, em proximidade física, interagindo, durante certo tempo, para realizar metas comuns, conscientes de que formam uma unidade e que se interinfluenciam.”Dentre os fatores expostos nesta definição destaca-se a consciência de unidade.

Cada um dos membros deve ter consciência de que é parte de um todo maior e conhecer quais são os outros membros dessa unidade da qual ele é parte. Os sentimentos e comportamento decorrentes dessa percepção estão ligados à própria essência do processo grupal. Variações na identificação com os demais membros, com objetivos e normas do grupo e com o grupo em si mesmo, vão produzir comportamentos específicos, importantes para determinar os papéis, o status e o poder do membro do grupo considerado. (MOLINA, 1988).

O sentimento de pertencer a uma unidade está diretamente ligado à interação entre os membros de um grupo, que também estabelecerá o surgimento de outros fenômenos grupais como realização de metas comuns e o surgimento e fortalecimento da coesão e normas que passarão a orientar o comportamento das pessoas e todo o processo grupal.

A pergunta que se faz é: porque as pessoas formam grupos? Como indivíduos pertencentes a uma sociedade, que dita regras, padrões, comportamentos culturais e econômicos, os grupos podem ser formados para garantir a manutenção do *status quo*, visto que é dentro deles que se socializam os seus membros exercendo coerção para se obter e manter os comportamentos esperados. No entanto, quando se atinge um certo grau de consciência da manipulação exercida pela sociedade, podem surgir grupos organizados para contestar a ordem vigente. (MOLINA, 1988).

Os indivíduos se reúnem em grupos para atender ou satisfazer suas necessidades básicas. Muitas vezes, o técnico pergunta por que as pessoas com quem está trabalhando não participam dos grupos que ele está organizando. Provavelmente o motivo esteja na falta de motivação das pessoas. Não basta o técnico julgar que determinado problema é importante para o indivíduo, este só estará motivado se reconhecer que tal problema o aflige e é significativo. Molina,1988, cita autores como Thomas, Maslow e Klausmier que descrevem

motivações que levam indivíduos a se organizarem em grupos: segurança, novas expectativas, estima, prestígio, reconhecimento, resposta afetiva e outros que atendam suas necessidades fisiológicas.

MOLINA (1988, apud OLMSTED, 1970) propõe três níveis de funções dos grupos:

- para o indivíduo, é o ambiente que oferece a oportunidade de desenvolvimento psicológico, intelectual e emocional, proporcionando-lhe treinamento nas situações vivenciadas;
- para a organização na qual os grupos existem, tem a função de desenvolvimento da solidariedade entre os membros, estimulando a produtividade; e
- para a sociedade, a própria existência de grupos traz implícita a função de intermediar o indivíduo e ela mesma – “sem grupos a sociedade se estagnaria ou assumiria uma forma autoritária”.

É importante destacarmos que, nos grupos, também podem ocorrer situações adversas como a inibição e até mesmo anulação de indivíduos, dado o desempenho das funções, quando poucos tomam decisões pelos membros dos grupos, impedindo o desenvolvimento e a promoção de cada um e do coletivo. Quando este comportamento é adotado pelo técnico que assessora o processo, mesmo que seja no intuito de ajudá-los, os grupos se tornam dependentes e não se emancipam. Outro comportamento que pode ocorrer, relacionado à organização, contrário à solidariedade, é o de sabotagem, prejudicando a funcionalidade do grupo.

2.5.1 Processo grupal

Pensando na participação das pessoas e na comunicação entre elas para atingir seus objetivos e metas comuns, os grupos sociais estabelecem normas que regulam as relações pessoais, garantam seu funcionamento e o comportamento de seus membros. Estas normas são determinadas por um processo equilibrado de poder entre os participantes de um grupo ou pela presença de um líder ou subgrupo

que detenha o poder. Esta rede de relações influencia o processo grupal e o desenvolvimento do grupo e de cada um de seus integrantes. (ALEXANDRE, 2002).

Segundo Molina, 1988, pode-se pensar o processo grupal em três níveis básicos: o primeiro no próprio grupo, focando seu processo evolutivo; o segundo, na interação entre os indivíduos que o formam; e o terceiro, na produção social resultante desta interação.

Vários autores estudaram o processo grupal enquanto o processo evolutivo dos grupos. KISNERMAN, 1978, apud MOLINA, 1988, chama processo grupal ao desenvolvimento evolutivo do grupo, levando em conta a interação dinâmica entre seus membros e a conquista do objetivo proposto. Apresenta este processo evolutivo em etapas sucessivas:

- Fase de formação ou grupo aparente, quando ocorre a motivação para formar o grupo, ocorrendo também tensão, conflitos e comportamentos diversos de um aglomerado de pessoas frente a uma nova situação a ser vivida, um problema a ser enfrentado;
- Fase do conflito caracterizada pelas individualidades de cada pessoa, com diferentes valores, formação, pensamentos e interesses, o que é socialmente positivo, pois possibilita às pessoas se conhecerem e adquirirem experiências e podem acelerar a integração e organização do grupo;
- Fase de organização, marcada pelo declínio da ansiedade, divisão do trabalho, responsabilidade dos membros e a identificação com o grupo, progredindo para a direção aos objetivos comuns e a maior consciência de grupo;
- Fase de integração, caracterizada pela coesão e ajuste das diferentes estruturas do grupo, que se torna uma unidade de trabalho que oferece realização aos membros, propiciando o crescimento e desenvolvimento do potencial humano;
- Etapa de dissolução, que surge quando os membros começam a diversificar seus interesses e aquele grupo não os atende mais, podendo haver reativação do processo grupal com a substituição de alguns membros, redefinição de objetivos ou sua dissolução total diante dos novos interesses.

Essas etapas formam um modelo ideal na história de vida dos grupos, mas cada grupo tem seu ritmo com durações de tempos e formas seqüenciais diferentes, podendo ocorrer superposição e até mesmo ausência de alguma das etapas.

A interação entre os membros do grupo, segundo aspecto do processo grupal, ocorre simultaneamente ao processo evolutivo e nos mostra como as pessoas se relacionam para satisfazer seus objetivos pessoais e realizar as metas grupais.

Basicamente, o comportamento das pessoas se manifesta de formas associativas ou de aproximação que são cooperação, acomodação e assimilação; e também de formas dissociativas ou de afastamento como competição e conflito. São manifestações individuais, mas que só acontecem no contexto grupal e são essenciais para a dinâmica do grupo.

Assim surge a liderança, uma das formas que assume a dinâmica dos grupos e que consiste na habilidade de coordenar as formas de comportamento a cada momento da vida do grupo e a interação social de seus membros. É positivo e deve ser estimulada a liderança situacional, ou seja, não centralizada em um único indivíduo, mas assumida pelo mais habilitado para resolver a tarefa ou a situação vivenciada pelo grupo em cada momento do grupo, de forma educacional e libertadora dos membros do grupo. (MOLINA,1988).

ALEXANDRE, 2002, cita, além da liderança, que ele descreve como fenômeno decorrente da interação entre os participantes, com acentuada dependência dos objetivos e clima do grupo, outros processos grupais: **coesão**, que pode ser definida como a quantidade de pressão exercida sobre os integrantes de um grupo a fim de que continuem nele e que ajam conforme o estabelecido; **cooperação**, que é a associação de pessoas trabalhando em prol de um ou mais objetivos, quando lhes parecem oportuno, buscando resultados mais compensadores; **formação de normas**, como sendo padrões ou expectativas de comportamentos partilhados pelos integrantes de um grupo, para seu funcionamento adequado; **status**, que é o prestígio desfrutado por um membro do grupo, podendo ser como o indivíduo se percebe – *status* subjetivo, ou o resultado do consenso do grupo sobre este indivíduo, chamado *status* social; **papel social**, que é um modelo de comportamento definido pelo grupo, composto pela totalidade dos papéis

estabelecidos aos seus integrantes, influenciados pelas normas sociais e pelos *status* subjetivo e social.

O terceiro aspecto do processo grupal, que se interrelaciona com os dois anteriores, é o que se pode denominar produção social do grupo. Paralelamente às realizações materiais e/ou psicológicas dos grupos, ocorrem fenômenos de natureza social que só surgem no contexto grupal como pessoas se organizarem, definirem papéis e objetivos, produzir e elaborar conflitos e outros. Estes fenômenos são a essência do desenvolvimento social dos membros no grupo e pelo grupo, pois fora dele, não ocorreriam. (MOLINA, 1988).

3 METODOLOGIA

A pesquisa se propõe a realizar uma análise dos fatores que levaram três grupos de agricultores a lograrem êxito em experiências de organização rural e em seus empreendimentos coletivos e verificar como foi a atuação de extensionistas rurais, nestas organizações. Tem uma abordagem qualitativa por se tratar de fatores difíceis de serem quantificados, subjetivos, voltados para as relações sociais, que envolvem aspirações, valores e percepções que cada pessoa tem sobre o fenômeno que pretendemos estudar. (MINAYO, 2008).

3.1 Classificação Geral da Pesquisa

Quanto aos objetivos classifica-se como exploratória, estudando três experiências, consideradas exitosas, de grupos de agricultores, organizados em sua atividade e com forte atuação dos técnicos do Instituto Emater, da região administrativa de Cornélio Procópio:

- Associação dos Produtores de Laranja de Nova América da Colina – NOVA CITROS, no município de Nova América da Colina;
- Associação de Produtores Rurais de São de Jerônimo da Serra – APROSERRA, no município de São Jerônimo da Serra; e
- Grupo de Olericultores Orgânicos de Uraí, no município de Uraí.

Optamos pelo método estudos de casos, pela finalidade da pesquisa, que é entender “porque” estas experiências em organização rural obtiveram êxito e como foi a participação dos extensionistas, segundo a percepção dos agricultores. Também justificam a opção pelo estudos de caso por se tratar de um evento contemporâneo com possibilidade de observância direta e de entrevistar as pessoas envolvidas nos eventos, ou seja, nas três organizações envolvidas. (Yin, 2010).

Foram utilizadas duas fontes de evidência: entrevistas com os agricultores e observação direta. Foram entrevistas semi estruturadas que ocorreram

de forma grupal (uma em cada experiência), gravadas, com consentimento dos participantes.

Foi feita uma revisão bibliográfica para o levantamento de informações sobre o assunto que se pretende estudar e ainda não foi concluída a pesquisa de campo.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS ESTUDADOS

4.1.1 ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – APROSERRA.

A APROSERRA é uma associação composta por agricultores, em sua maioria familiares, fundada no ano de 2002 e composta atualmente por 40 sócios espalhados pelos municípios de São Jerônimo da Serra, Nova Santa Bárbara, Santa Cecília do Pavão e Sapopema, produtores de café, feijão, milho, soja e olerícolas, principalmente tomate. Esses municípios possuem condições favoráveis para obtenção de produtos agrícolas diferenciados cafés de bebida fina, pela altitude em se encontram, entre 750 a 1.100 m acima do nível do mar.

Foi fundada com o objetivo de adquirir uma máquina de beneficiar café. Isso porque os produtores de café do município eram totalmente dependente de comerciantes intermediários, cerealistas que compravam o café “em coco”, ou seja sem beneficiar, o que lhes causavam grandes prejuízos. Assim um grupo de agricultores interessados em melhorar as condições de comercialização,

aproveitando os benefícios de programas governamentais, que apoiavam a aquisição deste equipamento, decidiu criar uma associação, por ser esta uma forma jurídica que possibilitava o acesso a recursos públicos em níveis governamentais. Na época, os agricultores não entendiam sobre associativismo, mas receberam um treinamento sobre o assunto pela EMATER.

A EMATER, que prestava assistência técnica aos agricultores, fez o projeto, aprovado pelo Governo do Estado, e recurso foi liberado para a associação. Além deste recurso, a APROSERRA foi beneficiada por recursos da Prefeitura Municipal, na cessão de um terreno por comodato e também por emendas parlamentares que resultaram na aquisição de um trator e equipamentos.

A máquina foi instalada em um caminhão e presta serviços aos sócios e também a produtores não associados da APROSERRA, a preços diferenciados. A associação também presta serviços de preparo de solo e plantio para os agricultores, bem como organiza o processo de compra conjunta de insumos agrícolas. Os custos dos serviços são calculados pela diretoria e levados a aprovação pela assembléia da associação.

A organização possui três grupos de agricultores, denominadas por eles câmaras setoriais, que gerenciam suas atividades em separado: a câmara setorial do café, a da olericultura e a de grãos. A gestão e acompanhamento dos serviços são pontos frágeis na associação. A responsabilidade recai sobre poucas pessoas que se envolvem neste processo, que mesmo fazendo um bom acompanhamento, passam a sofrer críticas quanto à organização dos serviços.

Outro fator importante na gestão da associação é a participação em reuniões: os dirigentes reclamam que tem muitos associados que não participam das reuniões e que o grupo de maior frequência é o do café, que em vários

momentos tomam decisões para os grupos de olericultura e de grãos. No entanto, aqueles que participam, o fazem de maneira bem efetiva.

A participação das mulheres e dos jovens ainda é pequena. No caso das mulheres vem crescendo, no último ano, com a participação em cursos organizados pelo EMATER em parceria com o SENAR e na execução do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, nos quais os agricultores familiares da associação são beneficiários.

Atualmente, os agricultores vêm discutindo dois temas importantes para seu negócio: a constituição de uma cooperativa, para regularizar o processo de comercialização de seus produtos e a participação no comércio justo (*Fairtrade*) de café, que vem sendo organizado pela Associação de Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná – ACENPP.

O maior desafio continua sendo formar lotes de café para comercializar de forma conjunta, trazendo mais benefícios para os sócios.

4.1.2 ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE LARANJA DE NOVA AMÉRICA DA COLINA – NOVA CITROS.

Este grupo foi criado em 1994, por seis agricultores interessados em plantar laranja, no município de Nova América da Colina, que, orientados pela EMATER, sentiram a necessidade de se unirem para a comercialização da fruta.

O interesse no plantio de laranja ocorreu após participarem de um seminário regional de diversificação da produção, promovido pela EMATER, em 1992, que apresentou alternativas de explorações agropecuárias para diversificar e

melhorar a renda dos agricultores, dentre as quais a citricultura. Estavam conscientes de que não podiam depender de apenas uma cultura e resolveram plantar laranja, com 300 a 500 mudas cada agricultor.

Com assistência técnica da EMATER, realizaram os primeiros plantios e passaram a se reunir para receberem informações sobre a condução da cultura. Vieram as primeiras colheitas e para atender as exigências do mercado, lavavam e poliam as laranjas com pano, uma a uma, na mão. Não era a melhor solução, mas como era pouco volume, venciam a tarefa.

Enxergando o trabalho que teriam pela frente, visitaram uma unidade de beneficiamento de laranjas no Estado de São Paulo e, ao retornarem, copiaram o modelo de uma máquina de benefício, que foi montada por um metalúrgico e, mesmo não sendo adequada, atendeu as necessidades do grupo naquele momento.

Com o aumento do plantio e as exigências legais para produção e comercialização de citros, devido ao controle da doença do cancro cítrico, que exige medidas de saneamento nas áreas de plantio e de benefício das frutas, os agricultores se viam obrigados a melhorar o processo de lavagem e polimento. Assim, para poderem acessar recursos do governo estadual, através do Programa PR 12 Meses, fundaram uma associação e conseguiram recursos para construção de um barracão de alvenaria e instalação de um conjunto de equipamentos para a limpeza, polimento e classificação de frutos. Assim surgiu a Nova Citros.

Quando foi fundada a Nova Citros tinha 12 sócios. Atualmente possui 70 produtores associados, a maioria agricultores familiares. Tinha como objetivo acessar o mercado regional de laranja de mesa. Com o passar do tempo, foi crescendo e hoje comercializa laranja o ano inteiro, em todo o Estado do Paraná e

em outros estados como São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Adquiriram um ponto de comercialização no CEASA de Londrina.

A gestão da associação é feita pela diretoria e por uma comissão de comercialização, que mensalmente passa aos sócios as informações referentes à venda das frutas. Este é um ponto forte na Nova Citros. Todos os meses, na última sexta-feira, ocorre uma reunião dos associados, quando são discutidos assuntos técnicos e administrativos.

Através da assistência técnica prestada pela EMATER, que orienta os agricultores na condução da lavoura, a Nova Citros recebe informações da produção prevista, que lhe permite organizar todo o processo de comercialização. Desta forma é possível controlar a produção e cobrar a fidelidade dos agricultores à associação.

Toda esta movimentação que representa , atualmente, a comercialização de mais de 250.000 caixas de laranja, fez surgir um outro problema: a necessidade de regularizar a comercialização conjunta, através da constituição de uma cooperativa, visto não ser permitido à associação realizar ato mercantil e repassar o resultado da venda para os agricultores. Após várias reuniões, os agricultores resolveram constituir a cooperativa, que existirá juntamente com a associação, cada qual com seu papel.

4.1.3 GRUPO DE OLERICULTORES ORGÂNICOS DE URAÍ.

O grupo foi criado no ano de 2001, por 4 agricultores, produtores de alimentos orgânicos, dissidentes de uma associação de produtores que atuava no norte paranaense, que estavam insatisfeito com o trabalho desenvolvido pela

referida associação e resolveram se unir para buscar novos mercados. Um dos componentes do grupo era a extensionista da EMATER, que conhecia a empresa Rio de Una Alimentos e entrou em contato com a mesma. A empresa apresentou uma proposta de comercialização aos produtores, que aceitaram as condições, surgindo assim o grupo de produtores orgânicos de Uraí. Atualmente, o grupo é composto por 31 agricultores dos municípios de Uraí, Rancho Alegre, Jataizinho, Santa Mariana, Cornélio Procópio, Ribeirão do Pinhal e Jacarezinho, que comercializam aproximadamente, 80 toneladas de alimentos orgânicos por mês.

É uma organização onde os agricultores optaram por se manterem como grupo informal, dada a burocracia para formalizá-lo e conduzi-lo como entidade jurídica.

O ponto forte da organização é a sua forma de atuação. A produção é toda planejada seguindo uma necessidade levantada pela Rio de Una. Uma vez ao ano, a empresa apresenta para o grupo a quantidade e que produto deverá ser produzido. A extensionista do EMATER, que assiste o grupo, conhecendo as condições e capacidade de cada agricultor, organiza com os mesmos, o que irão produzir: que cultivar, qual quantidade e em que época, sempre com a concordância de todos. Assumido o compromisso, tem ser cumprido.

Outro destaque é a participação de todas as famílias de agricultores, parceiros e trabalhadores rurais, em todo o processo, desde a produção à comercialização. O momento do carregamento do caminhão que transporta os produtos até Curitiba, onde fica a Empresa Rio de Una, é emblemático: os agricultores levam sua produção até um barracão construído na casa de um dos integrantes do grupo, que não cobra aluguel do grupo, cada um com suas embalagens; é feito um controle do que está sendo carregado, tudo com nota fiscal

do produtor, e todos, de forma solidária, ajudam a carregar toda a carga. É um momento em que aproveitam para trocar idéias e informações sobre a produção e as dificuldades e acertos de cada um.

As decisões no grupo são tomadas através do diálogo entre seus membros. Todos têm o direito de opinar e o dever denunciar irregularidades no processo produtivo, por se tratar de produtos orgânicos que possuem restrições de uso de pesticidas e outros insumos químicos. Caso ocorra alguma contaminação, pode comprometer a comercialização de todo o grupo.

Toda a produção é comercializada exclusivamente com a Rio de Una e os membros do grupo têm total fidelidade, sendo esta um condição imposta pelo grupo aos agricultores: se vender fora, será excluído do grupo. Eles acreditam que pelo volume produzido e as negociações realizadas com a empresa, só ela tem condições, atualmente, de atender as necessidades do grupo.

4.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados levantados nos mostram que as três experiências estão bem organizadas e cada uma está em um patamar diferente quanto ao alcance dos objetivos, aos resultados alcançados, à estruturação e nível de organização. São experiências distintas, cada qual com suas características, mas que têm em comum uma atuação da EMATER na mobilização, motivação, assistência técnica e apoio na organização.

Quanto á formação, podemos observar na tabela 4 que a formação dos grupos ocorreu em períodos próximos, não são experiências antigas, e que os

motivos para criação se assemelham: melhorar o rendimento dos agricultores através da organização e melhoria da comercialização. A APROSERRA e a NOVA CITROS optaram por criar uma associação, tendo em vista as possibilidades de acesso à recursos públicas, que não ocorre com outra forma jurídica de organização social, conforme estabelecido na legislação brasileira. Felizmente, a opção deu um bom resultado, com a estruturação das associações que se mantiveram firmes em seus objetivos; pois este é um dos grandes responsáveis pelo fracasso de algumas associações: o oportunismo e ganância por acessar recursos apenas para suprir necessidades momentâneas ou de interesses de poucos.

O grupo produtores orgânicos de Uraí ao optar pela informalidade, chama a atenção para as dificuldades em registrar e formalizar uma organização rural, pela burocracia que envolve todo o processo. Também tocou num ponto bem importante: quando o grupo é formalizado, cada membro tem deveres, mas também tem direitos que muitas vezes os impedem de tratar de forma mais livre as pessoas que ferem os interesses do coletivo.

Tabela 4 - Formação do grupo

	APROSERRA	NOVA CITROS	ORGÂNICOS DE URAÍ
Quando foi criado?	No ano de 2001.	No ano de 1996	No ano de 2002.
O quê levou os agricultores a criar o grupo?	Dificuldades na comercialização do café. Falta de compradores e forte presença de atravessadores, que não pagavam um preço justo.	O início da atividade da citricultura exigia uma organização para acessar o mercado.	Comercializar seus produtos com a empresa Rio de Una Alimentos.
Como foi definido o tipo de organização?	A definição ocorreu pela possibilidade de acessar recursos públicos.	A definição ocorreu pela possibilidade de acessar recursos públicos.	Não formalizaram por ser muito burocrático. Oferece mais liberdade de tratamento com os membros do grupo.
Quem apoiou a criação?	EMATER – na motivação, capacitação, orientação técnica, execução de projetos e acompanhamento; Prefeitura – no apoio financeiro e estrutural	EMATER – em todo o processo.	EMATER – em todo o processo; Empresa Rio de Una Alimentos – na organização e comercialização dos produtos.

Os entrevistados enfatizaram a importância da atuação dos extensionistas da EMATER na formação dos grupos com forte apoio na motivação, capacitação e orientação técnica aos agricultores, bem como na elaboração e desenvolvimento de projetos que possibilitaram o acesso a recursos públicos e financiamentos para estruturar as organizações. Os produtores da APROSERRA, relataram também o importante apoio dado pela prefeitura do município de São Jerônimo da Serra na estruturação da associação e na assessoria técnica aos projetos desenvolvidos. Os integrantes da NOVACITROS e do Grupo de Olericultores Orgânicos de Uraí nos informaram não terem recebido apoio algum das administrações municipais, apenas da Empresa Rio de Una, na experiência de Uraí.

Todos agricultores entrevistados demonstraram desinteresse pelo cooperativismo, no momento da formação, pelos fracassos observados em grandes cooperativas da região, que, com a insolvência, causaram grandes prejuízos às famílias e a todo meio rural.

Quanto aos objetivos, todos foram bem definidos, buscando resolver problemas e desafios que afetavam aos agricultores, principalmente quanto à forma de melhorar a comercialização e os rendimentos da atividade. Apenas a APROSERRA não atingiu todos objetivos previstos, pois propiciou o beneficiamento do café, avançando no processo de comercialização, mas não conseguiu organizar lotes e efetuar a venda conjunta, o que reduz o poder de negociação dos agricultores com o mercado. Desta forma, não conseguiram agregar valor ao café comercializado.

Tabela 5 Objetivos

	APROSERRA	NOVA CITROS	ORGÂNICOS DE URAÍ
Objetivo inicial	Melhorar a comercialização do café.	Acessar o mercado de laranja de mesa	Comercializar alimentos orgânicos.
Foi atingido?	Parcialmente. Individualmente, melhoraram, mas coletivamente, não.	Sim, totalmente atingido.	Sim, totalmente.
Resultados da organização.	-Aquisição de máquina de benefício de café; - aquisição de tratores e equipamentos; -Aquisição de um terreno, doado pela prefeitura;	-Aquisição de equipamentos de limpeza e classificação de frutas; -Aquisição de um terreno e construção da sede, onde foi instalado os equipamentos; -Aquisição de um ponto de comercialização no Ceasa; -Formação de uma cooperativa, para atender exigências legais.	-Comercialização de produtos orgânicos, em 4 dias por semana.

A NOVA CITROS e o Grupo de Orgânicos de Uraí, além dos objetivos iniciais, atingiram novos objetivos como a conquista de novos mercados e um padrão diferenciado de produtos, graças à qualidade do processo de produção e padronização dos seus produtos, que obtiveram grande aceitação dos mercados regionais e estadual. Os alimentos orgânicos produzidos pelo Grupo de Uraí, se tornaram referência na indústria de alimentos Rio de Una, de Curitiba e a demanda crescente traz grandes possibilidades de crescimento para o grupo.

Os projetos elaborados pelos extensionistas do EMATER possibilitaram à APROSERRA e à NOVA CITROS, adquirir máquinas e equipamentos, bem como a construção de instalações, promovendo uma grande evolução estrutural que atende as necessidades demandadas para a inserção no mercado servindo aos membros dos grupos, facilitando as operações de processamento dos produtos e possibilitando aos agricultores aumentar sua renda.

Os três grupos evoluíram de forma significativa quando os avaliamos por número de agricultores sócios do empreendimento. Observa-se que cada passo foi bem estudado e discutido pelos integrantes, com uma grande influência dos extensionistas que os assessoram. Também evoluíram na abrangência territorial, ultrapassando as fronteiras dos municípios onde se originaram, demonstrando que na relação das pessoas que os compõem, onde existe o fator afetividade, presente em qualquer grupo, o foco principal é no negócio ali estabelecido e que todos que vierem a colaborar no alcance dos objetivos e metas traçados pelo grupos serão aceitos, independente de sua origem, desde cumpram com as normas instituídas no processo grupal de cada grupo.

Destaca-se a seleção de agricultores para o ingresso no Grupo de Orgânicos de Uraí, com regras rígidas referentes à conduta dos agricultores, durante o processo produtivo, por se tratar de alimentos livres de agrotóxicos e outros componentes químicos utilizados na produção convencional. Isto foi enfatizado por todos os entrevistados, quando fizeram a seguinte menção: "se entrar uma laranja podre, estraga todas as outras", demonstrando o nível de consciência dos membros quanto ao negócio em que estão envolvidos. De forma participativa, todos os integrantes têm o direito e o dever de se pronunciarem caso ocorram irregularidades.

Tabela 6 - Evolução do grupo

	APROSERRA	NOVACITROS	ORGÂNICOS DE URAÍ
Número de agricultores	No início, 11 produtores rurais; na 1ª assembléia, 80; atualmente, 40.	No início, 12 produtores rurais; atualmente, 70.	No início, 4 produtores rurais; atualmente 31.
Estrutural	Possuem uma sede, com um barracão, um trator com equipamentos, máquina de beneficiamento de café e um caminhão.	Um terreno com um barracão, uma máquina de lavagem, polimento e classificação de citros, um box de comercialização de frutas no Ceasa.	Barracão de um dos integrantes do grupo, onde é reunida a produção para o transporte da carga.
Área de abrangência	Inicialmente, 1 município; atualmente, 4.	Inicialmente, 1 município; atualmente, 7.	Inicialmente, 1 município; atualmente, 6.
Tipo de organização	Inicialmente, grupo de agricultores, logo em seguida, constituição da associação, mesma configuração atual.	Inicialmente, criação de 1 grupo de agricultores, depois constituição da associação, que existe até os dias atuais. Fundação de uma cooperativa para comercialização das frutas.	Inicialmente, formação do grupo de agricultores, que assim permanece: sem formalização.

Quanto ao tipo de organização, o Grupo de Uraí optou por continuar existindo sem formalização, por entender que isto não interfere nos seus objetivos. A APROSERRA, que ainda se mantém como associação, vem discutindo a necessidade e viabilidade de criar uma cooperativa para regularizar a atividade mercantil que exerce de forma ilegal, considerando o que está previsto no Código Civil Brasileiro. Por este motivo, a NOVA CITROS, após a promoção de um grande debate entre seus membros, com participação de extensionistas do EMATER e assessoria de um advogado, resolveu constituir uma cooperativa para cuidar da comercialização de seus produtos, convivendo com a associação, que continuará representando os interesses dos agricultores.

Os resultados da pesquisa com relação ao funcionamento dos grupos apresentam três situações distintas, comparando as organizações, refletindo o processo grupal estabelecido em cada uma, como consta na tabela

Nota-se que a APROSERRA tem muito a avançar em seu processo grupal. O gerenciamento e a tomada de decisões estão concentrados em poucas pessoas, com participação mínima dos associados, devido ao desinteresse que estes têm pela questão, passando toda a responsabilidade para os diretores e técnicos que assessoram a associação. A participação em reuniões é reduzida e, com isto, pouco sabem das decisões tomadas e dos motivos considerados para as mesmas.

Os técnicos que assessoram a organização assumem papel de tutores, influenciando no processo decisório. Desta forma, o processo grupal não

evolui, criando um ambiente de grande dependência por parte dos agricultores, o que impede a autonomia e emancipação do grupo. Verificou-se que isto é de conhecimento dos diretores e de alguns agricultores, que mais participam das reuniões; no entanto, o comportamento de comodidade da maioria dos sócios, inibe uma reação para alterar este quadro: baixo nível de interação entre os membros, pouca coerção e comprometimento de poucos com a organização.

Verifica-se também, que o nível de organização se mantém satisfatório pelos serviços prestados pela associação, que são imprescindíveis para os agricultores, sócios e não sócios, beneficiários. São serviços importantes como preparo de solo, tratos culturais nas lavouras, beneficiamento de café e outros grão, que reduzem os custos operacionais destas atividades e que possibilitam uma melhor comercialização dos produtos.

	APROSERRA	NOVACITROS	ORGÂNICOS DE URAÍ
Gerenciamento	A diretoria se reuni com freqüência para tratar dos assuntos da associação; o controle das ações se concentra em poucas pessoas.	Bem definido, com reuniões freqüentes dos diretores e repasses de informações aos sócios, através de reuniões mensais.	Bem definido, com participação dos agricultores, da extensionista e da Empresa Rio de Una; que planejam e organizam a produção.
Tomada de decisão	É freqüente a tomada de decisão sem consulta aos sócios, devido a pouca participação dos sócios em reuniões. Muito influenciada pela extensionista do EMATER.	Realizada pelas diretorias da associação e da cooperativa e ratificada ou revista, nas reuniões mensais dos sócios.	É feita de forma participativa com todos os envolvidos no processo produtivo e de comercialização; tem forte influência da extensionista.
Nível de organização	A associação presta um bom serviço aos sócios em operações de preparo de solo, beneficiamento de café, acesso e organização de produtos para PAA, entre outros, mas não avança no processo grupal mais efetivo, que possibilite maior integração.	A participação efetiva dos sócios através de reuniões mensais estabeleceu um processo grupal efetivo e com forte integração entre os integrantes da organização social.	Participação efetiva dos integrantes do grupo e muita consciência do mercado conquistado, conferiram ao grupo um forte senso de integração, solidariedade e vontade de manter a organização. O processo grupal está bem consolidado, com um forte poder de coersão.
Autonomia e emancipação	A participação dos extensionistas do EMATER e da Técnica da Prefeitura, influenciando todas as ações da associação; isto faz com que a organização tenha muita dependência desses profissionais.	O grupo exerce controle absoluto do planejamento e operacionalização das ações e da gestão do seu negócio, atuando com autonomia, tendo atingido sua emancipação como organização social; conta com a assessoria técnica do EMATER e é capaz de definir seus rumos.	Grupo bem organizado e com ótima participação de seus membros; no entanto possui pouca autonomia e não se emancipou: tem grande dependência da empresa que adquiri seus produtos e da extensionista do EMATER que atua junto ao grupo.

A NOVA CITROS, em situação contrária à anterior, apresenta uma grande evolução no processo grupal, com ações e papéis bem definidos dos membros da associação e da cooperativa, criada recentemente. Existe uma diretoria da associação que representa o interesse dos citricultores, na condução do processo produtivo, nas ações de assistência técnica, através de convênio com o Instituto EMATER, que inclui orientações para certificação para produção integrada de frutas e busca de recursos que beneficiem os produtores. A cooperativa, que foi criada para regularizar a comercialização da produção, convive com a associação e tem uma outra diretoria que cuida de toda a parte mercantil.

As decisões são tomadas pelas diretorias e informadas aos sócios, que as ratificam ou revisam, em reuniões mensais que sempre ocorrem na última sexta-feira, de cada mês. Também nestas reuniões, que foram propostas pelo extensionista que acompanha a organização, ocorrem as orientações técnicas aos citricultores com temas definidos em conjunto com os extensionistas.

Desta forma, foi instituído um nível organizacional muito elevado, com a participação efetiva dos membros do grupo e dos extensionistas que os assessoram, estabelecendo uma forte interação e uma intensa coerção que consolidam um grande comprometimento de todos os envolvidos na organização. Isto reflete diretamente nos avanços que a organização experimentou e continua experimentando, além de ter conferido autonomia e emancipação à organização. O resultado de todo este processo é o significativo crescimento nas vendas e a grande participação no mercado regional de laranja de mesa.

O grupo Orgânicos de Uraí apresenta um resultado interessante: mesmo sem ser formalizado, tem um processo grupal muito evoluído, com papéis bem definidos de todos os membros, incluindo os extensionistas do EMATER e a Empresa de Alimentos Rio de Una, responsável pela compra dos produtos. Anualmente ocorre uma reunião que define quando e que alimentos serão produzidos, de acordo com a demanda levantada pela Rio de Una. Em seguida, a extensionista do EMATER se reuni com os agricultores para definir quem e como serão produzidos os alimentos, de acordo com a realidade e condição de cada agricultor.

Durante a entrega dos produtos, que ocorre em quatro dias da semana, os agricultores, juntamente com a extensionista, conversam trocando informações sobre a produção, os problemas encontrados e soluções vivenciadas,

tornando-se um momento de crescimento do grupo, com forte interação. Outro ponto marcante no transporte e na entrega dos produtos, que ocorre em galpão de propriedade de um dos integrantes, é a solidariedade entre os participantes: alguns trazem a produção do vizinho e todos ajudam a carregar o caminhão, que transporta a carga à Curitiba, não importando de quem é o produto.

A participação dos membros é bastante efetiva em todo o processo, inclusive na seleção de agricultores interessados em ingressar no grupo. Também exercem um importante controle da qualidade dos produtos e do processo de produção orgânica de todos os participantes, fator primordial para a continuidade da organização. Outro fator relevante é a participação das famílias dos produtores e dos trabalhadores rurais envolvidos na produção. Todos são capacitados e têm um papel, primordial que é a garantia da qualidade dos produtos e da produção de forma orgânica, sendo portanto, co-responsáveis pelo sucesso do empreendimento. O envolvimento das famílias garante, também, a sucessão no negócio, com a participação das mulheres e principalmente dos jovens dando continuidade ao processo.

Como vimos, o processo grupal é bastante evoluído; no entanto, observa-se pouca autonomia do grupo, pois além de estar extremamente vinculado a uma única empresa, depende fortemente da atuação da extensionista do EMATER, que controla boa parte do processo produtivo e da gestão do grupo. Neste sentido, falta muito para que o grupo se emancipe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo nos mostra três organizações rurais que buscaram acessar mercado para seus produtos e apresentam evoluções e resultados distintos. Iniciaram com objetivos bem definidos, mas o processo grupal, principalmente no que tange à participação e interação dos integrantes, determinou o alcance dos resultados esperados e a consolidação da organização social.

A APROSERRA não obteve êxito na organização da produção em lotes de café padronizados, que poderiam significar agregação de valor ao produto; apenas beneficia o café, que é vendido isoladamente pelos agricultores, o que coloca o cafeicultor em desvantagem, quando negocia os preços com os compradores, devido ao volume a ser comercializado. Fica claro a necessidade de investir na interação dos sócios para aumentar o comprometimento com a organização e a participação no processo grupal, para obter um resultado que os leve a crescer socialmente.

As organizações NOVA CITROS e Grupo Orgânicos de Uraí, apresentam um processo grupal muito evoluído, com maior destaque para a primeira, além de estabelecer uma forte interação entre seus membros, possui um controle absoluto das ações, protagonizado pelos agricultores, com papéis bem definidos, autonomia e emancipação em relação à assistência técnica e extensão rural.

O maior destaque no Grupo de Orgânicos de Uraí é o fato de se manter informal e ter uma forte interação e coerção dos integrantes, além do enorme controle da produção e cooperação mútua, essencial para continuar no mercado de produtos orgânicos. No entanto, os agricultores se mostram altamente dependentes da extensionista do Instituto EMATER, que sempre assumiu o controle das ações. Outra questão importante é a vinculação exclusiva à Empresa Rio de Una, quem comercializa a produção.

Observa-se que os principais fatores que condicionaram as experiências ao maior ou menor êxito foram: objetivos e prioridades bem definidos e

que atendam a todos os membros do grupo; a interação social entre os membros; a participação efetiva dos integrantes nas ações do grupo, principalmente no planejamento, na tomada de decisões e no gerenciamento, definindo os papéis de cada membro; o estabelecimento de normas claras, que devem ser seguidas por todos os membros; o desenvolvimento evolutivo da organização, buscando novos desafios e resultados; e a assessoria técnica qualificada, preparada e comprometida com a proposta e que motivem os agricultores.

Os agricultores entrevistados dizem ser imprescindível a atuação dos extensionistas na formação e evolução das organizações rurais. Entendem que não seriam capazes de desenvolver este trabalho sem a presença de técnico que os assessoram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. A. **Pesquisa em Extensão Rural**. Brasília: ABEAS, 1989.

ARCAFAR, **Manual das Casas Familiares Rurais**. Barracão – PR, 1995.

BALEM, T. A., **Da Extensão Rural Difusionista à Construtivista-Agroecológica: condicionantes para a transição**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, XIV, 2009, acesso em 08.12.2010.

BRUM, A. **Modernização da Agricultura**. Petrópolis: Vozes, 1988.

CAPORAL, F. R. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. Santa Maria-RS, 1991.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

FONSECA, M. T. L. **A Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 10^o Ed. São Paulo.: Paz e Terra, 1988.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 27^a ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

OLINGER, G.; **Extensão Rural: Verdades e Novidades**. Florianópolis: Epagri, 1998.

PAB Pesquisa Agropecuária Brasileira

PEIXOTO, M.; **Extensão Rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação.** Disponível em: http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm. Acesso em 15.05.2010.

Revista “**Extensão Rural**”. Santa Maria, UFMS.

RUAS, E. D. et al.; **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável – MEXPAR.** Belo Horizonte, 2006.

SACCO dos ANJOS, F. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil.** Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SAMPAIO, O. B.; **Contextualização Histórica da Extensão e seus Reflexos na Sociedade Brasileira.** In: ENCONTRO UNIFICADO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UFCG, Acesso em 26.06.2010.

SEPULCRI, O.; PAULA, N.; **As Transformações do Aparelho do Estado e seus Impactos na Emater.** Acesso em 06.12.2010.

SERRANO, R. M. S. M., **Conceitos de Extensão Universitária: um diálogo com Paulo Freire.** Acesso em 26.06.2010.

SIMON, A. A. **A Extensão Rural e o Novo Paradigma.** Florianópolis: Epagri, 1996.

SOARES, J. S.; **Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável.** Asbraer, acesso em 10.06.2010.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos.** Tradução: Ana Thorel. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.